



Relato Integrado 2019

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
SOBRE O RELATÓRIO	4
MATERIALIDADE.....	5
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	6
Quem Somos.....	7
Nossas Atividades	9
Capital Financeiro.....	12
Ambiente Externo	13
Geração de Valor	15
Modelo de Negócios.....	17
Cadeia de Valor	18
Nossa Gente	20
Relacionamento com Públicos de Interesse.....	24
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	27
Plano Estratégico 19-23 e Alocação de Recursos.....	28
Modelo de Governança	29

Controles Internos e Gestão de Riscos	33
Programa de Integridade.....	37
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	38
Riscos e Oportunidades.....	39
Perspectivas Plano Estratégico 2020-2024	42
Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção.....	43
RESULTADOS DA GESTÃO	47
Resultados do Plano Estratégico 19-23.....	48
Contratos de Partilha de Produção	49
Acordos de Individualização da Produção	62
Comercialização de Petróleo e Gás Natural da União.....	64
Transformação Digital	65
Gestão de Licitações e Contratos Internos	66
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	67
ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO Nº 956/2020-TCU-PLENÁRIO	71
PPSA EM NÚMEROS	72

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados,

Apesar dos inúmeros desafios, o ano de 2019 foi, novamente, vitorioso para a Pré-Sal Petróleo. Somos uma empresa voltada para garantir à União os melhores resultados no regime de partilha de produção no pré-sal, e este Relato Integrado demonstra como nossa organização contribuiu para a geração de valor público. Nosso Modelo de Negócios evidencia que os capitais humano e intelectual são nossos principais trunfos. É com satisfação que vejo, diariamente, o amplo conhecimento e comprometimento de nossa equipe gerarem retorno positivo à companhia e à União.

Atuamos em um ambiente dinâmico, interagindo com várias das maiores companhias de petróleo transnacionais. Como gestores dos contratos de partilha de produção, prezamos a parceria com os operadores e consorciados em busca dos melhores resultados para todos os projetos. Em 2019, realizamos atividades diversas nos 14 contratos que estavam sob nossa gestão, com marcos importantes em cada um deles e possibilidades concretas de novas descobertas. A primeira produção em regime de partilha ocorreu em novembro de 2017 e, até dezembro de 2019, três contratos produziram um total de 31,3 milhões de barris de petróleo e 110,8 milhões de metros cúbicos de gás, dos quais 4,8 milhões de barris de petróleo e 20,2 milhões de metros cúbicos de gás pertenceram à União.

Em 2019, monetizamos boa parte dessa produção para os cofres públicos. Com a comercialização da parcela de petróleo e gás da União, arrecadamos R\$ 470 milhões, 65% a mais do que em 2018. Em outra frente de atuação, representamos a União nos Acordos de Individualização da Produção (AIP), transformando as participações do governo nos campos de petróleo em novos recursos. Com essas duas fontes, arrecadamos R\$ 848 milhões para o Tesouro Nacional.

Além de contribuir com resultados financeiros para a União, aumentamos o conhecimento público sobre o pré-sal. Elaboramos modelos geológicos e de reservatórios para os campos nos quais a União tem participação; aprimoramos os modelos de governança dos contratos e dos AIPs; criamos um modelo econômico para analisar e aprovar a viabilidade dos projetos de E&P; e implantamos o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP).

O ano de 2019 foi marcado pela realização da Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa. Participamos ativamente, lado a lado com a ANP e o MME, da construção da minuta do contrato de partilha de produção dos volumes excedentes da cessão onerosa. Das quatro áreas ofertadas no leilão, duas (Búzios e Itapu) foram arrematadas pelo valor recorde de R\$ 69,9 bilhões. Para as demais (Sépia e Atapu),

estamos realizando estudos, a fim de aumentar a atratividade, em um próximo leilão.

O ano de 2019 também foi marcado pelo aumento de quadro de pessoal, pela formação de uma nova diretoria e o aprimoramento da nossa governança. Criamos um Comitê de Auditoria Estatutário, fortalecemos ações de integridade junto à nossa equipe e aumentamos o relacionamento com públicos de interesse em diversos canais.

Este Relato é fruto do trabalho de nossa equipe e apresenta um retrato de como desempenhamos nossas atividades, considerando todas as recomendações quanto à nova estrutura para a elaboração de Relatórios de Gestão adotada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O documento também segue os princípios recomendados pelo International Integrated Reporting Council. Como dirigente da Pré-Sal Petróleo, afirmo que, em 2019, mais uma vez, nós nos mantivemos fiéis à nossa missão. Em resposta, tivemos um ano de muito trabalho e excelente resultado. Agradeço aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário pelo incentivo permanente à implantação de melhorias na empresa e a toda a nossa equipe pela dedicação permanente.

Eduardo Gerck
Diretor-presidente



SOBRE O RELATÓRIO

Este relatório foi elaborado seguindo a metodologia do International Integrated Reporting Council (IIRC) e apresenta, em um documento coeso, a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da nossa empresa. O Relato Integrado é uma ferramenta de diálogo com nossos públicos de interesse e de prestação de contas à sociedade, oferecendo informações transparentes sobre o nosso modelo de negócio e de como nossa performance gera valor para a União. O relatório atende também à Decisão Normativa TCU N° 178, de 23 de outubro de 2019, que dispõe acerca das prestações de contas anuais da Administração Pública Federal, referentes ao exercício de 2019.

Como forma de contribuir para a redução de impactos ambientais, nosso relatório não será impresso. Para facilitar a leitura, apresentamos, ao longo desta publicação, links com informações extras que podem ser obtidas em nosso site.

Temas Materiais

- 
Arrecadação para a União
- 
Aproveitamento do gás natural do pré-sal
- 
Volumes Excedentes da Cessão Onerosa
- 
Estímulo à inovação e desenvolvimento tecnológico
- 
Relacionamento com públicos de interesse
- 
Governança corporativa
- 
Transformação digital
- 
Gestão de pessoas
- 
Reestruturação da empresa

Nossos Capitais

- 
Financeiro
- 
Intelectual
- 
Humano
- 
Social
- 
Manufaturado

Objetivos Estratégicos

- 
Volumes Excedentes da Cessão Onerosa
- 
Acordos de participação
- 
Leilões
- 
Redução de dependência do sistema DP
- 
Aproveitamento do gás natural do pré-sal
- 
Valor do petróleo da União
- 
Transformação digital
- 
Relacionamento com públicos de interesse
- 
Práticas de conformidade
- 
Comercialização do petróleo da União
- 
Estruturação da empresa

MATERIALIDADE

Entendemos como temas materiais todos aqueles que apresentem potencial para afetar nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazos, podendo, portanto, impactar o negócio. A análise e o tratamento desses temas facilitam a definição da estratégia e da tomada de decisão. O mapeamento preliminar dos temas materiais foi realizado a partir de seminários internos para a construção do ciclo 20-24 do Planejamento Estratégico; de diálogos com representantes do governo e da indústria, especialmente das empresas que atuam nos contratos de partilha de produção; e de consulta às solicitações recebidas pelo nosso site e pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Esta primeira etapa de construção da Matriz de Materialidade resultou em uma lista de 25 temas. O trabalho foi levado a rodadas de conversa com a liderança da empresa, que ponderou o impacto de cada um deles em nossos negócios, bem como os riscos e a relevância para o nosso público de interesse, gerando uma nova lista, com mais 15 temas materiais. A última etapa do trabalho envolveu a alta liderança. Pautada nos desafios e metas da gestão, a Diretoria Executiva priorizou nove temas a serem tratados como materiais.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Quem Somos

Nossas Atividades

Capital Financeiro

Ambiente Externo

Geração de Valor

Modelo de Negócios

Cadeia de Valor

Nossa Gente

Relacionamento com Públicos de Interesse

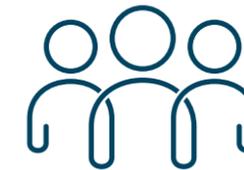
QUEM SOMOS

Somos uma empresa pública, criada em 2013 e ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME), que atua resguardando os interesses da União no regime de partilha de produção, em vigor no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas. Em 2019, atuamos ativamente na gestão de 14 contratos de partilha de produção (da 1ª a 5ª Rodadas de Partilha de Produção) e representamos a União nos acordos de individualização da produção. Quando esses contratos iniciam a produção comercial, vendemos a parcela de direito de petróleo e gás da União, arrecadando recursos para o Tesouro Nacional.

Temos como propósito maximizar os resultados econômicos da União nas atividades do regime de partilha de produção, por meio de uma gestão eficiente, que concilie os interesses do Estado com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social. A equipe é formada por técnicos experientes, que empregam todo o seu conhecimento e capacidade de gestão para garantir os melhores resultados. Em 2019, arrecadamos R\$ 848 milhões para a União com a comercialização de petróleo e gás natural e com a realização de acordos financeiros (Equalização de Gastos e Volumes - EGV), decorrentes dos acordos de individualização da produção.



Gestão dos contratos de partilha de produção



Representação da União nos acordos de individualização da produção (unitização)



Gestão da comercialização de petróleo e gás natural



MISSÃO

Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos lúidos da União.



VISÃO

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.



VALORES

Defesa do interesse nacional
Retidão e idoneidade
Clareza e transparência
Competência e capacitação técnica.



Criação da empresa

2013

A empresa foi criada em 1º de agosto de 2013 pelo Decreto nº 8.063/2013, na forma de sociedade anônima de capital fechado, com capital inicial de R\$ 50 milhões. O capital social é formado por ações nominativas de propriedade integral da União. A Lei nº 12.304/2010 estipula seu objeto e fixa-lhe as competências. Nos termos do art. 2º desta, a empresa tem por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção (CPPs) celebrados pelo MME e a gestão dos contratos de comercialização do petróleo e gás natural da União. Nosso escritório central fica na Avenida Rio Branco, 1 – Rio de Janeiro.



1 Contrato de Partilha de Produção e **4 Acordos** de Individualização da Produção assinados, comercialização do petróleo e gás da União em estruturação

2017



14 Contratos de Partilha de Produção, **7 Acordos** de Individualização da Produção assinados e **13 em andamento**, início da comercialização. Arrecadação de **R\$ 1,13 bi para União**

2018



Arrecadação de R\$ **848 milhões** para a União

2019

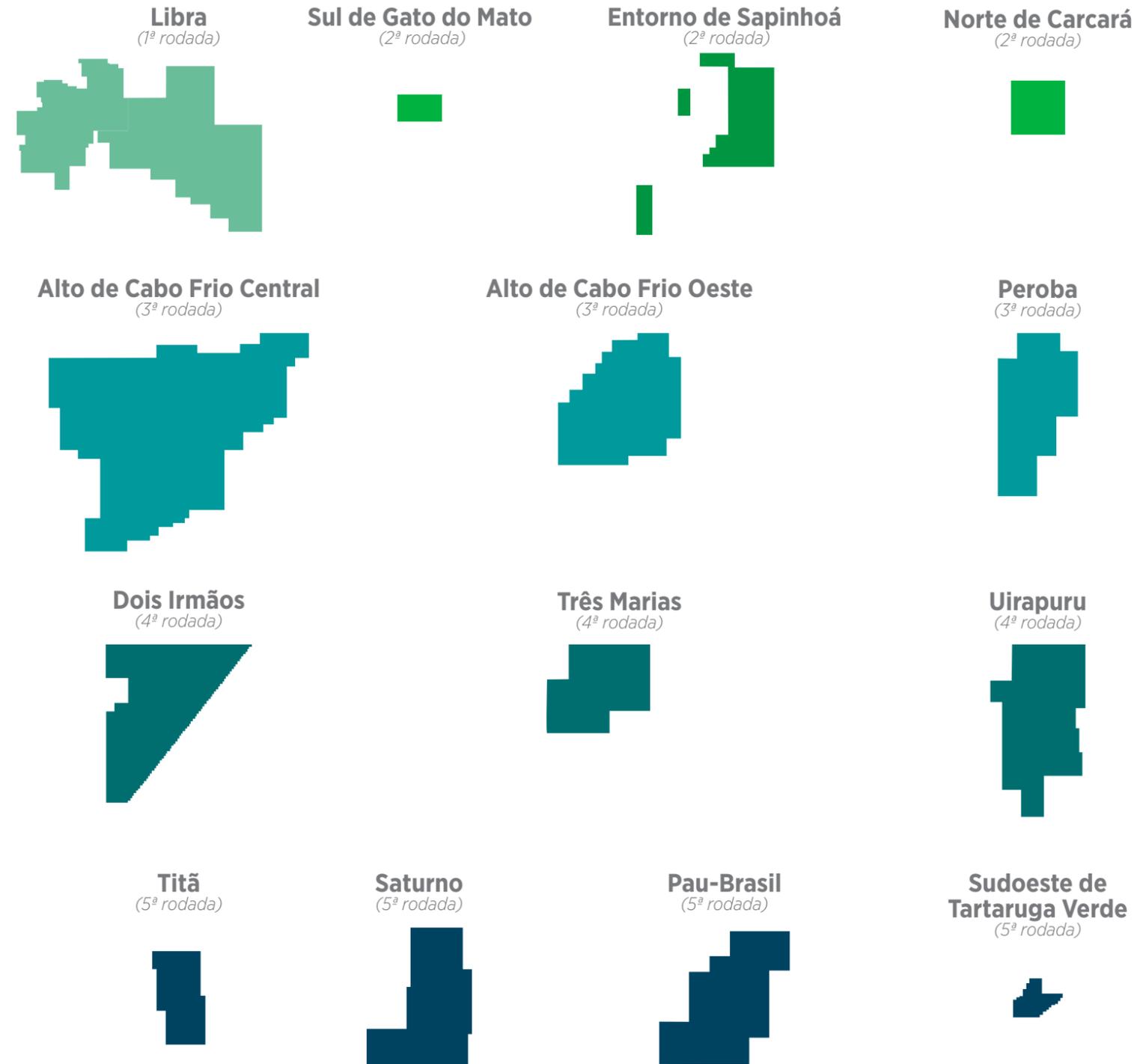
NOSSAS ATIVIDADES

Gestão dos Contratos de Partilha de Produção

Fazemos a gestão de todos os contratos de partilha de produção. Como gestora, zelamos pela eficácia dos contratos, buscando melhores resultados para a União e para todas as empresas envolvidas nos consórcios. Entre nossas obrigações legais, monitoramos e auditamos os projetos de exploração e produção, reconhecemos os custos e os investimentos, participamos tecnicamente dos planos de exploração e presidimos os comitês operacionais.

Em 2019, fizemos a gestão de 14 contratos.

Ao fim do ano, outros três blocos foram arrematados em regime de partilha de produção, sendo dois na Rodada de Excedentes da Cessão Onerosa e um na 6ª Rodada de Partilha de Produção.

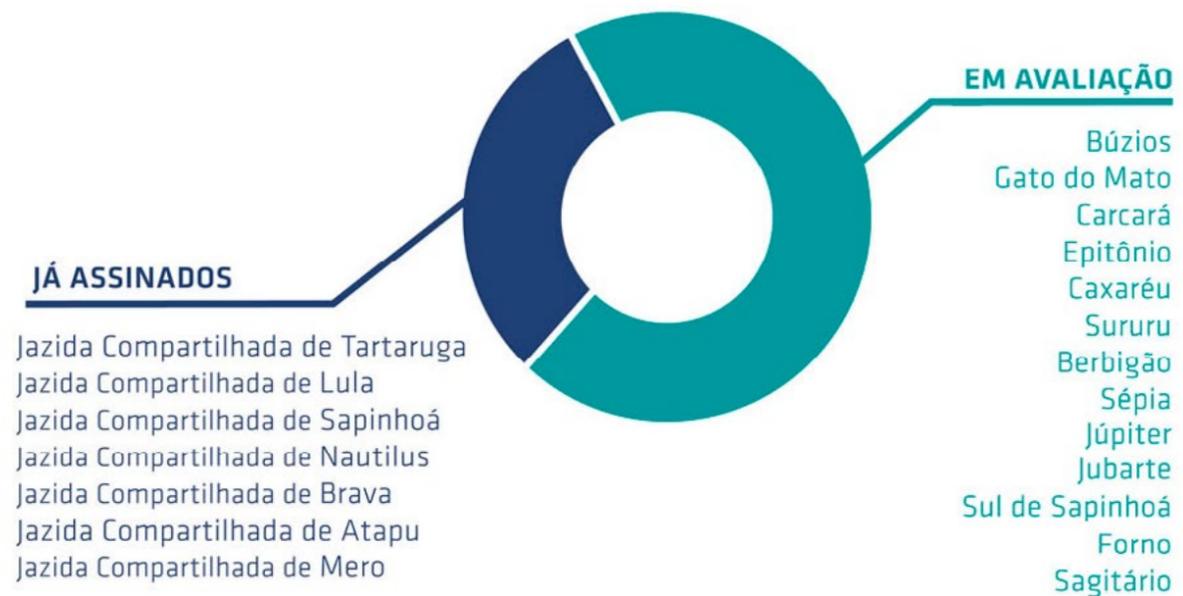


Acordos de Individualização da Produção

Quando o limite de uma jazida petrolífera ultrapassa a área concedida ou contratada, é necessária a realização de um Acordo de Individualização da Produção (AIP), também chamado de unitização. Sempre que há uma área não contratada envolvida, no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas, a Pré-Sal Petróleo representa a União nesses acordos. A unitização de uma jazida permite que todos os custos e os investimentos dos projetos sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas. Isso garante a racionalidade da produção, evitando a lavra predatória da jazida. Atualmente, temos sete acordos assinados e estamos avaliando outros 13 potenciais acordos.



Acordos de Individualização da Produção



Comercialização de Petróleo e Gás da União

Somos responsáveis pela comercialização de toda a parcela de óleo e gás natural de propriedade da União. Estamos comercializando a produção de dois de nossos 14 contratos. Toda a receita gerada na comercialização é destinada à União.



CAPITAL FINANCEIRO

Nosso capital financeiro vem das seguintes fontes:

Remuneração pela gestão dos contratos (CPP, AIP e comercialização) e parcelas dos bônus de assinatura das rodadas de licitação previstos em lei e amparados pelo contrato de remuneração – R\$ 113,17 milhões;

Integralização de capital pela União – R\$ 3,6 milhões; e

Rendimento das aplicações financeiras – R\$ 4,5 milhões.

Não recebemos repasse de verbas de convênios públicos e não utilizamos financiamentos para a execução das nossas atividades.

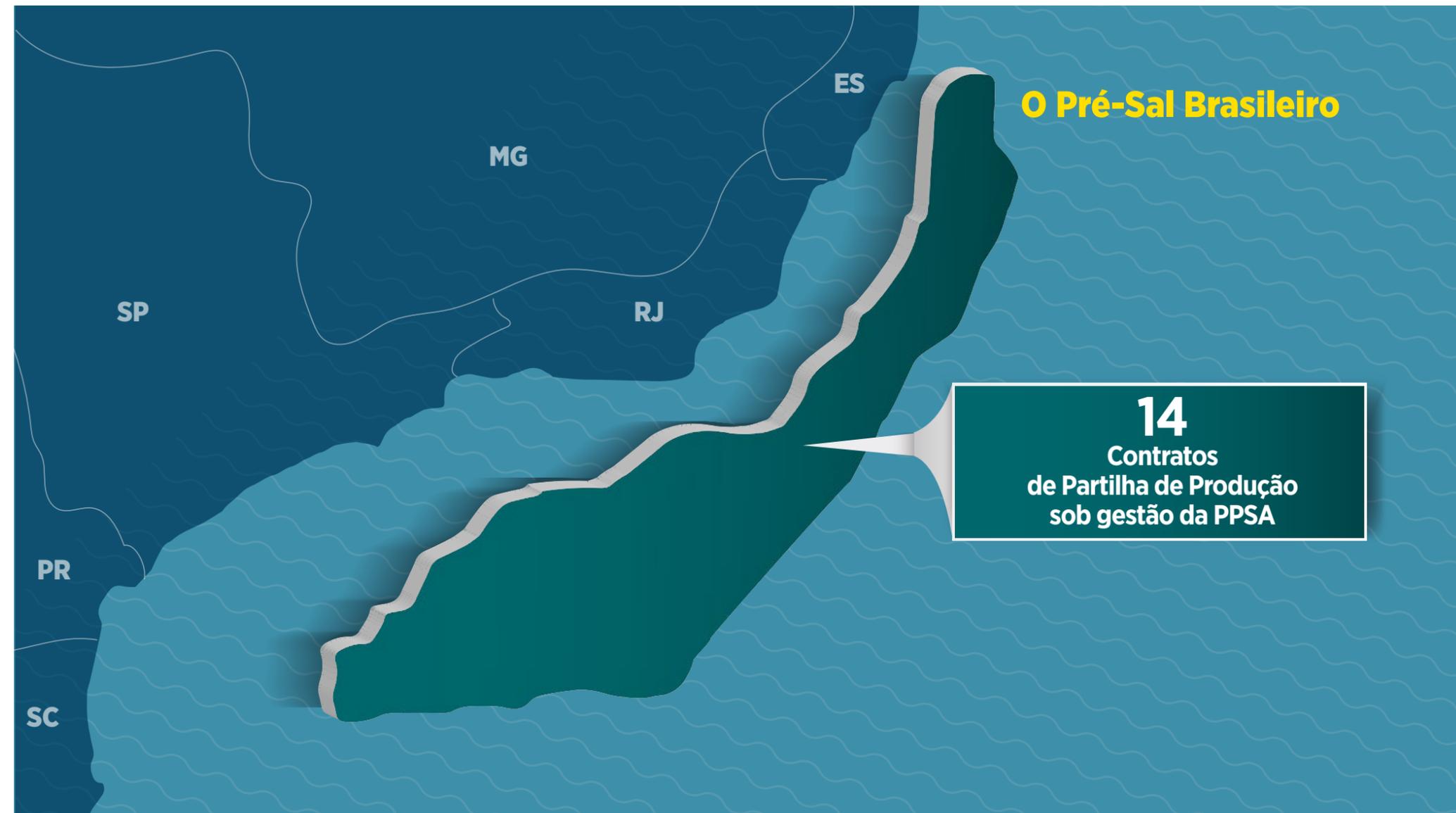


AMBIENTE EXTERNO

O Pré-Sal Brasileiro

A área do pré-sal brasileiro se estende por uma faixa submarina com cerca de 800km de comprimento, que vai desde Santa Catarina até o Espírito Santo, e com até 200km de largura. Nessa região, há a ocorrência de rochas carbonáticas cobertas por uma espessa camada de sal, em profundidades que variam de cinco mil a sete mil metros. Grande parte dessas rochas está impregnada com petróleo. Atualmente, o pré-sal possui descobertas petrolíferas cujas reservas são estimadas em mais de 40 bilhões de barris de óleo equivalente. Os 14 contratos atualmente sob nossa gestão estão localizados no Polígono do Pré-Sal.

Estima-se que as reservas de petróleo ainda por descobrir na área do pré-sal somem mais de 50 bilhões de barris. A maioria dos campos já identificados no Polígono do Pré-Sal contém petróleo em uma única fase líquida, no reservatório. Este, após ser extraído, decompõe-se na superfície em petróleo de cerca de 30°API e no gás natural originalmente dissolvido do óleo, à razão média de cerca de 250 metros cúbicos de gás natural para cada metro cúbico de petróleo. Isso remete ao cálculo de que as reservas de gás associadas ao petróleo ainda a ser descoberto superam dois trilhões de metros cúbicos, ou seja, 70 TCF (trilhões de pés cúbicos).



Regime de Partilha de Produção

O Polígono do Pré-Sal e as áreas consideradas estratégicas, caracterizadas pelo baixo risco exploratório e elevado potencial de produção de petróleo e gás, são explorados em regime de partilha de produção. Diferentemente do regime de concessão – em que os investidores oferecem bônus pelos campos e, em troca, apropriam-se de todo o óleo –, nas rodadas de licitação em regime de partilha de produção o bônus é fixo, e a disputa ocorre pelo percentual de excedente da produção de petróleo e gás natural ofertado para a União. Ganha quem oferecer o maior percentual de excedente dessa produção.

Em 2013, passamos a fazer a gestão do Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Libra, leilado na 1ª Rodada de Partilha de Produção promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em 2018, foram assinados 13 novos contratos, oriundos das 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção, realizadas em outubro de 2017; e das 4ª e 5ª rodadas, promovidas em junho e setembro de 2018. Embora em 2019 a ANP tenha promovido a 6ª Rodada e a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa, com a entrada de mais três contratos, estes só passaram a atuar sob nossa gestão em 2020.

Para calcular a participação em petróleo e gás da União e dos demais parceiros de cada projeto, desconta-se, do total da produção de cada campo, os royalties pagos e todos os custos necessários à operação, o chamado custo em óleo. Todo o excedente (óleo lucro) será repartido entre as empresas participantes do consórcio e a União, conforme percentual ofertado no leilão.



GERAÇÃO DE VALOR

Geramos valor, maximizando os resultados econômicos da União, em todas as nossas frentes de atuação.

Nossos Capitais

Ao longo de 2019, alocamos uma ampla gama de capitais em nossas atividades para entregar os melhores resultados para a União. O quadro ao lado descreve os capitais que consideramos relevantes para o negócio.



Financeiro

Formado pelos recursos que temos disponíveis para realizar nossas atividades: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação, integralização de capital e ganhos financeiros.



Humano

Formado pela nossa equipe altamente capacitada e experiente no setor de óleo, que com comprometimento e ética tem trazido os melhores resultados para a empresa.



Manufaturado

Formado pela nossa estrutura física e por nossos recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação.



Intelectual

Formado pelo conjunto de metodologias, processos de gestão e modelos de contratos, entre outros, criados a partir do nosso conhecimento. Nosso capital intelectual traz colaborações efetivas para o desenvolvimento das atividades no Polígono do Pré-Sal.



Social

Formado pelo nosso relacionamento contínuo e ético com nossos públicos de interesse, sempre voltados à colaboração com a indústria e o governo, garantindo resultados duradouros da exploração e produção de petróleo e gás no Polígono do Pré-Sal para toda a sociedade.

Importância Estratégica

O capital humano é o nosso principal recurso. Nossa equipe é extremamente qualificada e comprometida com o resultado e com a governança colaborativa, na medida em que trabalhamos em parceria com os operadores e consorciados, em busca dos melhores resultados para todos os projetos. Por meio das atividades desempenhadas e pelo cumprimento das iniciativas estratégicas, agregamos valor para a União, para operadores e consorciados.

Como parte de nossa estratégia, procuramos manter diálogo permanente com o governo, colaborando na construção de políticas públicas, seja em temas relativos à comercialização do óleo e do gás da União, seja nas discussões acerca dos volumes excedentes da cessão onerosa ou no debate sobre o aproveitamento econômico do gás natural do pré-sal brasileiro.

Além de alto conhecimento técnico e

gerencial, a empresa conta com uma equipe altamente qualificada em Direito do Petróleo. Nossas práticas de gestão estão disseminadas por toda a companhia e incorporadas à cultura organizacional. Estamos investindo na transformação digital da Pré-Sal Petróleo, com o desenvolvimento de sistemas próprios e em aquisições de softwares, para auxiliar nossos técnicos em análises de reservatórios.

Nossas Forças

- Visamos aos melhores resultados para a União e os projetos.
- Contribuímos para a elaboração de políticas públicas que visem ao avanço do setor.
- Gerimos os contratos de partilha de forma eficiente e participativa.
- Interagimos com a indústria na direção das melhores soluções.
- Agimos com clareza e transparência ao comunicar nossa estratégia.

Conhecimento amplo da **produção de petróleo e gás no regime de partilha** de produção, representando a União

Interface técnica entre o governo e a indústria

Conhecimento do **modelo de negócios** das principais empresas de petróleo do mundo

Inteligência da empresa voltada para **colaborar com a elaboração de políticas públicas**

MODELO DE NEGÓCIOS

JANEIRO 2019

RESULTADOS 2019



Capital Financeiro

- **R\$ 121 milhões** por meio do contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação, integralização do capital e ganhos financeiros
- Endividamento Zero



Capital Humano

- **44 empregados** altamente qualificados e comprometidos com amplo conhecimento sobre Exploração e Produção no pré-sal brasileiro (14 temporários) e 4 diretores executivos
- **5 contratos** de prestação de serviços de secretaria, comunicação, jurídico, comercialização e serviços gerais



Capital Intelectual

- Modelos de governança para os contratos de partilha de produção e representação da União nos acordos de individualização da produção
- Modelo de contrato de comercialização de petróleo e gás
- Metodologia para cálculo da participação da União nas Jazidas compartilhadas
- Processos de gestão mapeados nas três áreas de atuação e **70 procedimentos estruturados**
- Softwares especialistas de geologia e reservatórios
- Base de dados de custos



Capital Social

- Gestão e participação técnica com **5 empresas** operadoras e **9 consorciadas** em **14 contratos de partilha de produção**, com foco em redução de custos, melhoria de resultados e eficiência dos projetos.
- Contribuição para a construção de políticas públicas



Capital Manufaturado

- Parque de **6 workstations** para construção de modelos de reservatórios
- Escritório de **1600 m²** no centro do Rio de Janeiro
- Estrutura de TI e comunicação

ATIVIDADES

- 1 | Gestão dos Contratos de Partilha de Produção
- 2 | Representação da União nos Acordos de Individualização da Produção
- 3 | Gestão da Comercialização de petróleo e gás natural
- 4 | Reestruturação da empresa (pessoas, governança e infraestrutura)
- 5 | Implementação do Programa de Integridade
- 6 | Desenvolvimento de sistemas digitais para atividades de gestão e práticas de segurança da informação

Capital Financeiro



Arrecadação total de **R\$ 848 milhões** para a União em 2019:

- **R\$ 469 milhões** com a comercialização de **2,6 milhões** de barris de petróleo e de **16,2 milhões** de metros cúbicos de gás da União
- **R\$ 378 milhões** em conciliações financeiras dos Acordos de Individualização da Produção (AIP) das Jazidas Compartilhadas de Sapinhoá, Tartaruga Verde e Lula.

Capital Humano



- **55 empregados** altamente qualificados e comprometidos com amplo conhecimento sobre Exploração e Produção no pré-sal brasileiro e 4 diretores executivos.
- Profissionais com foco em inovação a partir das atividades nos CPPs
- **100% da força de trabalho** treinada em *compliance*
- **5 contratos** de prestação de serviços de secretaria, comunicação, jurídico, comercialização e serviços gerais

Capital Intelectual



- Modelos geológicos e de reservatórios construídos a partir dos softwares disponíveis
- Processos de governança para os contratos de partilha de produção e representação da União nos acordos de individualização da produção aprimorados
- Modelos geológicos e de reservatórios
- Processos de governança aprimorados
- Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP) implantado
- Ferramenta de Modelo Econômico para analisar e aprovar viabilidade dos projetos de E&P

Capital Social



- Aumento de conteúdo no site e diminuição no tempo de resposta nos canais de comunicação, possibilitando maior transparência.
- Contribuição na formatação e nos contratos da 6ª Rodada de Regime de Partilha da Produção e na Rodada de Excedentes da Cessão Onerosa

Capital Manufaturado



- Parque de **18 workstations** para construção de modelos de reservatórios
- Ampliação do escritório do centro do Rio de Janeiro para atender à nova estrutura da empresa e ao crescimento esperado

CADEIA DE VALOR

A nossa atuação está distribuída em três pilares, que se apoiam em diversas atividades primárias. A seguir, detalhamos os macroprocessos e as atividades primárias a eles associadas:

Macroprocesso de Gestão dos Contratos de Partilha de Produção (CPPs)

Esse macroprocesso envolve várias atividades primárias. Tem início com a atuação dos gerentes-executivos representando a gestora nos comitês operacionais, que, por sua vez, contam com o apoio do corpo técnico da empresa para aprovação dos ballots (votos), das estratégias e das contratações (atividade primária de gestão dos CPPs).

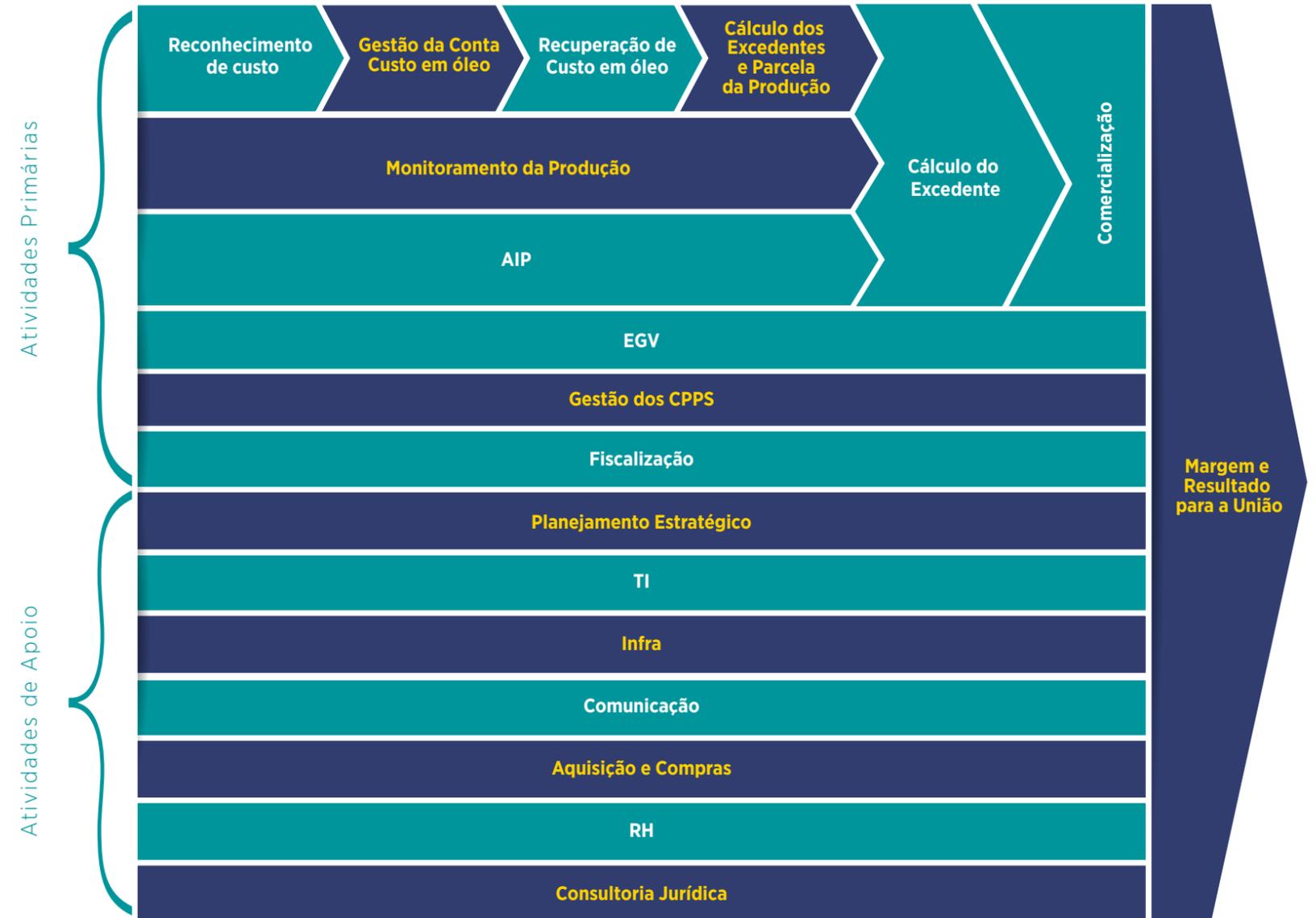
À medida que o projeto amadurece, outras atividades primárias vão surgindo. A primeira é a de reconhecimento de custos. Os técnicos da PPSA realizam uma análise criteriosa dos custos apresentados pelos operadores. Essa análise servirá de base para o cálculo da conta de custo em óleo gerida pela empresa (atividade primária de gestão da conta de custo em óleo).

O projeto avança, são realizadas descobertas; e a produção se inicia. Nesse momento, é possível que haja a ponderação entre óleo e

gás produzidos e os gastos incorridos pelo operador. Em paralelo, é realizada a atividade de monitoramento da produção, que serve de subsídio para o cálculo da recuperação de custo em óleo e o cálculo dos excedentes (atividade primária de monitoramento da produção).

Com base na ponderação entre o volume produzido e o gasto incorrido, já é possível ao operador recuperar, em óleo, parte do gasto incorrido nas fases de exploração e desenvolvimento da produção (atividade primária de recuperação de custo em óleo). Esse valor a ser recuperado depende de parâmetros definidos no Contrato de Partilha de Produção (atividade primária de cálculo do excedente e parcelas da produção). Após a recuperação de óleo do gasto incorrido, o óleo lucro é partilhado. A União faz jus à parte desse óleo e gás (atividade primária de cálculo de excedente em óleo da União).

Esse valor é calculado e, posteriormente, comercializado. Nesse momento, passamos para outro macroprocesso, um entre os três pilares da empresa, abordado na sequência. Para averiguar a adequação dos custos apresentados, complementando o processo de reconhecimento de custo, são realizadas atividades de auditoria no operador (atividade primária de fiscalização).



Macroprocesso de Gestão dos AIPs

A representação da União nos AIPs é outro pilar da empresa que resulta em arrecadação. Sempre que o limite de uma jazida petrolífera ultrapassa a área concedida ou contratada, é necessária a realização de um AIP, e cabe à PPSA estudar e negociar a parcela da União nesses acordos (atividade primária de negociação de AIPs). Após a definição da parcela da União, a empresa negocia um acordo financeiro, para determinar quanto do valor já produzido deve ser ressarcido ao governo: a chamada Equalização de Gastos e Volumes (EGV), que também faz parte da nossa cadeia de valor (atividade primária de EGV).

A produção passada é negociada e paga em pecúnia, após a realização da EGV. Entretanto, a União, em muitos casos, passa a fazer jus à parte da produção de óleo e gás. Com o objetivo de verificar os valores apresentados e negociados no processo de Equalização de Gastos e Volumes, são realizadas atividades de auditoria (atividade primária de fiscalização).

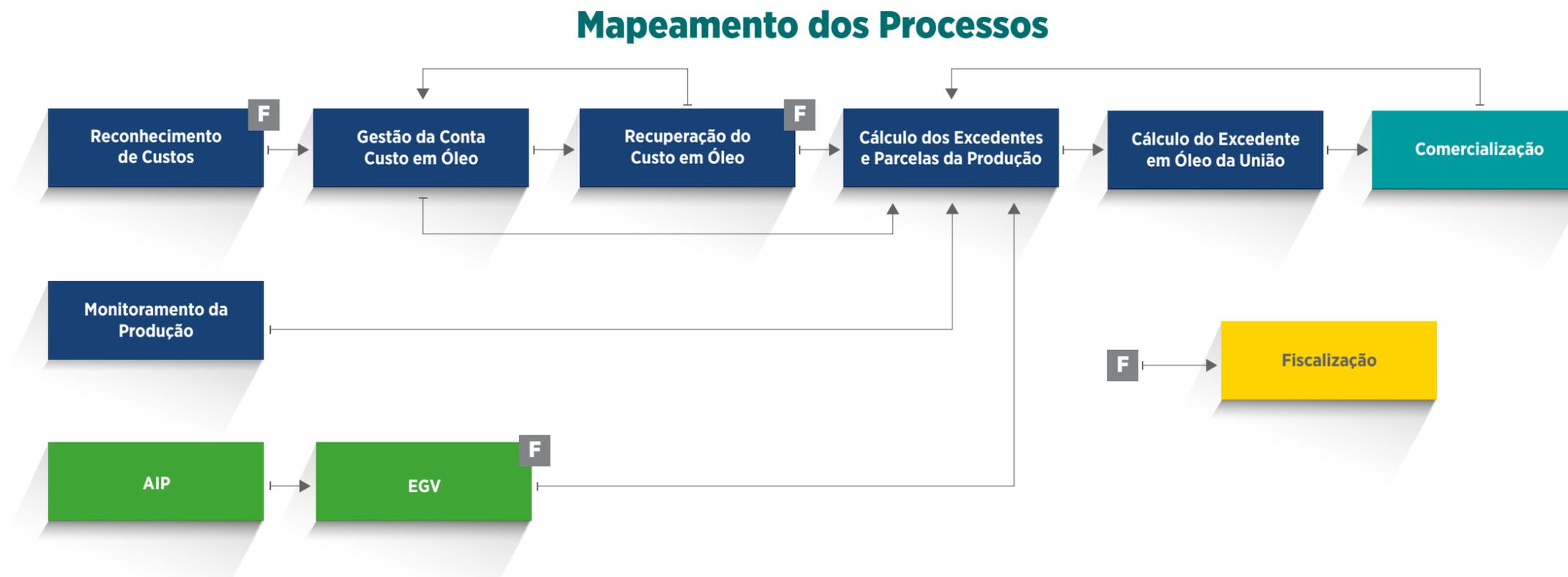
Macroprocesso de comercialização

Trata-se da atividade que transforma em pecúnia o óleo advindo do macroprocesso de gestão dos AIPs e da gestão dos CPPs (atividade primária de comercialização). A empresa é responsável pela gestão dos contratos para a comercialização do petróleo e de gás natural produzidos

nas áreas de partilha de produção e nos locais em que vigoram os Acordos de Individualização da Produção (AIPs), no Polígono do Pré-Sal.

A Pré-Sal Petróleo pode comercializar o petróleo e gás natural da União diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador. A empresa pretende atuar com os dois modelos, optando pela alternativa que resulte em um melhor resultado econômico para a União.

A seguir, apresentamos o fluxograma dos macroprocessos e processos da companhia, demonstrando a correlação entre todas as atividades primárias desenvolvidas e apresentadas na cadeia de valor.



Como atividades de apoio, temos os seguintes setores: Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, Financeiro, Comunicação, Aquisição e Compras, Recursos Humanos e Consultoria Jurídica.

NOSSA GENTE

Para dar suporte ao crescimento das nossas atividades, reforçamos nosso quadro de pessoal em 2019. Iniciamos o ano com uma equipe de 30 empregados e quatro diretores, além de 14 temporários, com permanência prevista até 31 de dezembro daquele ano. Diante dos nossos desafios, obtivemos autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas para contratação de outras 23 pessoas a partir de setembro, passando a companhia a contar com um quadro autorizado de 53 empregados de livre provimento.

Como 11 desses novos funcionários foram contratados no último bimestre de 2019, encerramos o ano com quatro diretores e 55 empregados (41 de livre provimento e 14 temporários). Todos os novos colaboradores foram alocados na área fim, para dar suporte à gestão dos contratos e à representação da União nos AIPs. Toda a equipe possui grau superior de ensino, com 23 pós-graduados, 16 mestres e cinco doutores.

O ambiente de trabalho na Pré-Sal Petróleo é pautado por respeito, ética e confiança. Em nossa empresa, a remuneração não difere em razão do gênero dos empregados, em nenhuma categoria funcional. Não registramos nenhum caso de discriminação nem de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas. A alta liderança da empresa está empenhada em manter um ambiente colaborativo, trabalhando integrada à equipe.

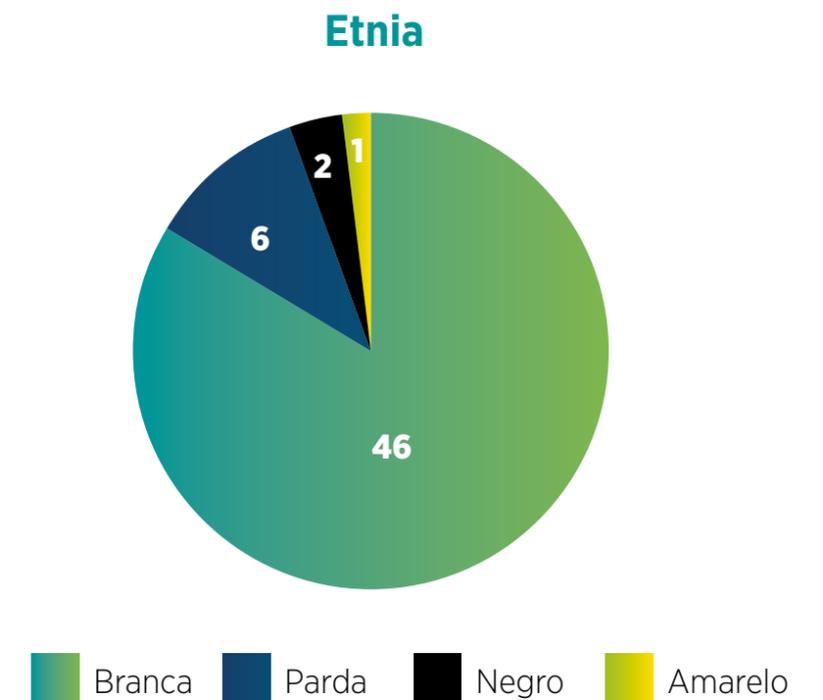
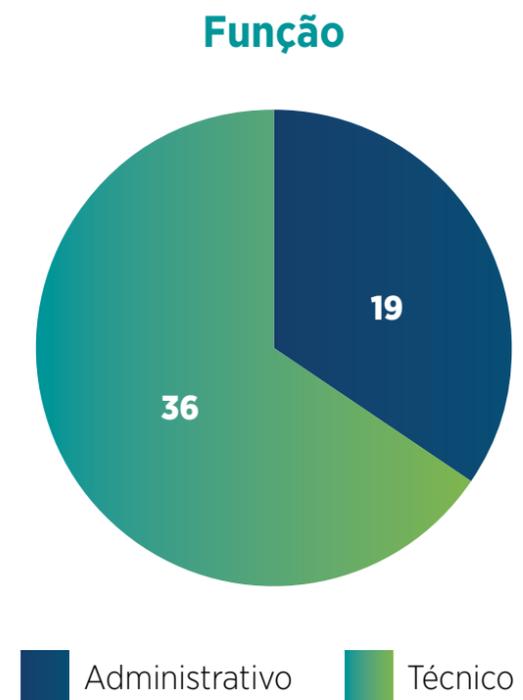
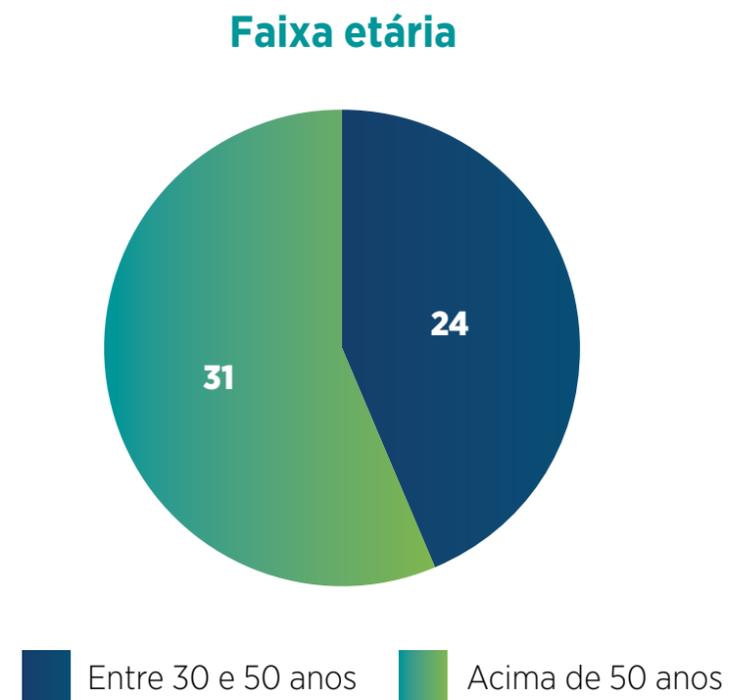
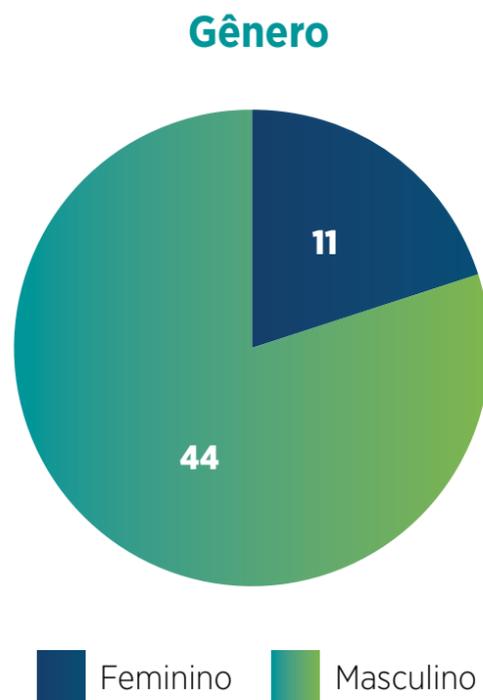
Nossa equipe conta com auxílio-refeição, assistências médica e odontológica. Como controle dos indicadores de saúde na companhia, realizamos consulta médica ocupacional anual. Para dar apoio às nossas atividades, contamos com seis contratos de prestação de serviços de secretaria, tecnologia da informação, comunicação, jurídico, comercialização e serviços gerais.

A seguir, nossos principais indicadores de recursos humanos:

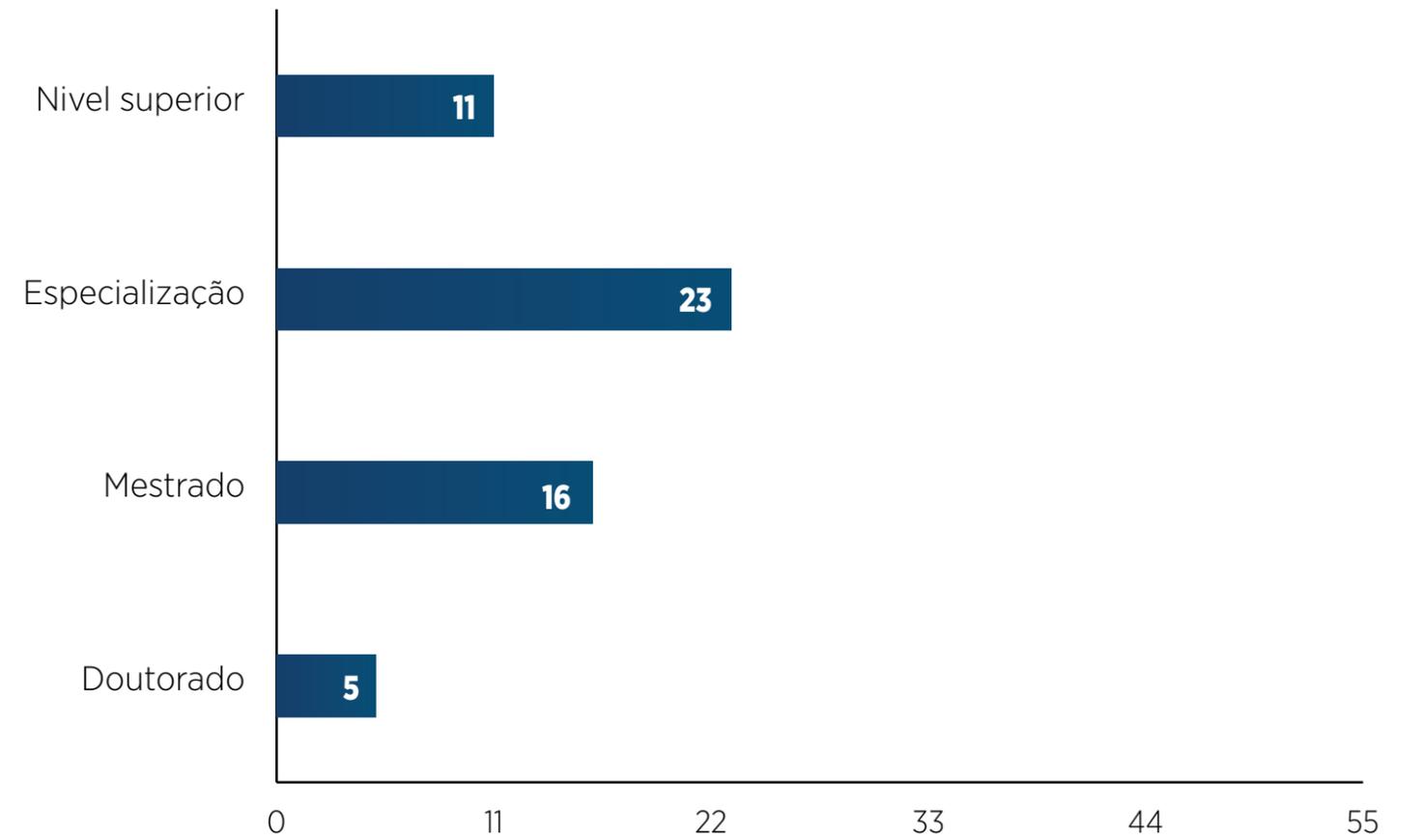
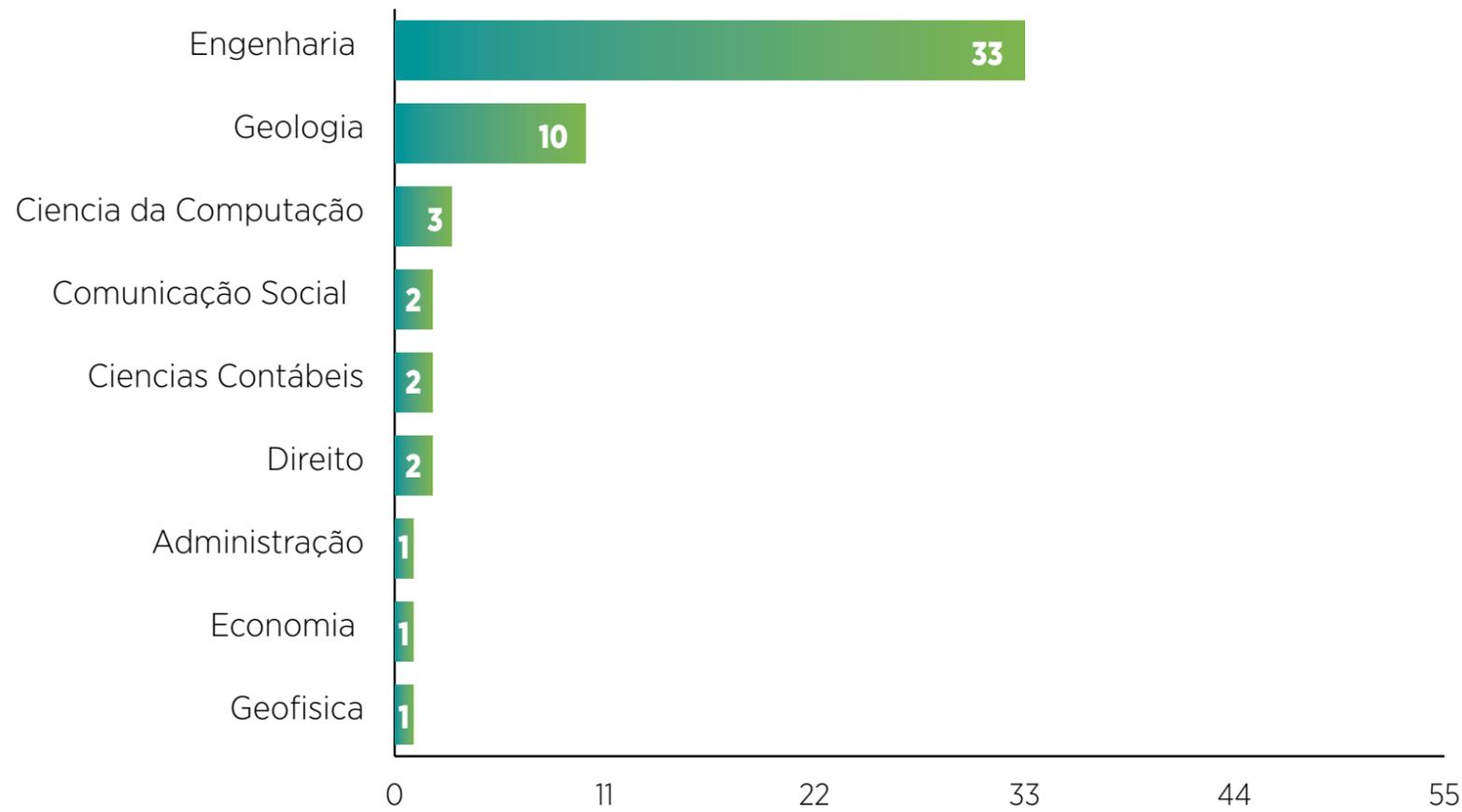


Crédito: Marcos de Paula

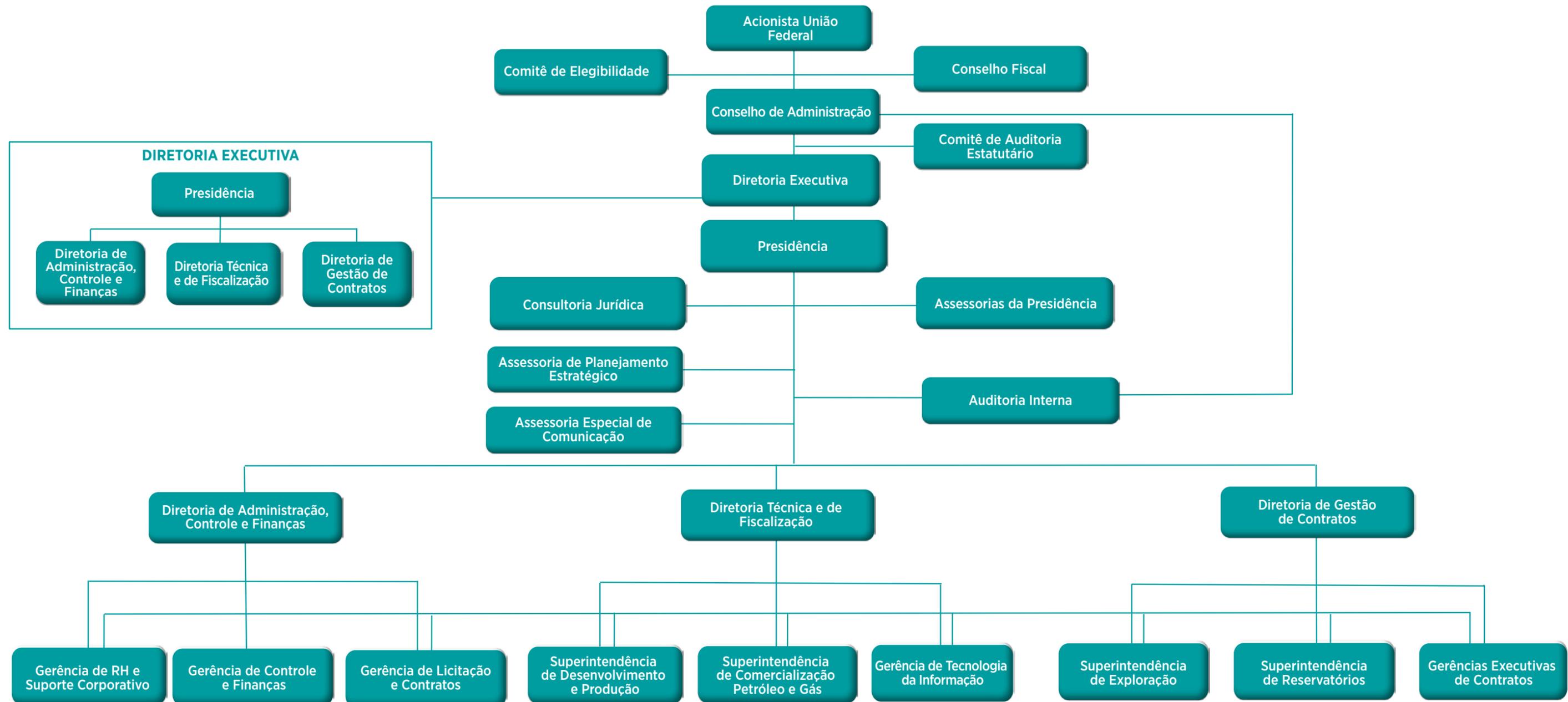
Distribuição dos 55 Empregados



Formação dos Empregados



Estrutura Organizacional



 Acesse o nosso quem é quem

 Conheça o perfil da liderança da empresa

RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

Como parte de uma das iniciativas estratégicas da comunicação corporativa, desenvolvemos, em 2019, um Plano de Relacionamento com nossos públicos de interesse. Queremos entender as expectativas e demandas deles, manter um diálogo permanente e promover o engajamento com a empresa.



Poder público

Diálogo contínuo. Atuamos como uma interface entre o governo e a indústria, buscando sempre os melhores resultados para a União e para os projetos, e contribuímos para a elaboração de políticas públicas que visem ao avanço do setor.



Conselhos e Comitês

Informação permanente. Realizamos reuniões ordinárias mensais e bimensais com nossos conselheiros e membros de nossos comitês, para a definição de estratégias e alinhamento de informações, mantendo-os sempre informados sobre as principais ações da companhia.



Empregados

Comunicação aberta. O diálogo com a força de trabalho é prioridade da nossa diretoria. Os empregados são informados previamente das ações da companhia em comunicados internos, em reuniões mensais de acompanhamento do Planejamento Estratégico e por meio da nossa newsletter “De Olho no Pré-Sal”. Todos têm acesso direto à alta liderança.



Parceiros

Atuação participativa. Participamos do Comitê Operacional e dos subcomitês técnicos de cada projeto, dialogando com os consorciados sobre as melhores práticas do setor, promovendo um ambiente de colaboração, transparência, superação de desafios e otimização de custos.



Imprensa

Relacionamento contínuo. Divulgamos nossas notícias regularmente para jornalistas brasileiros e estrangeiros. Em 2019, nosso relacionamento com a imprensa resultou na publicação de mais de 600 reportagens sobre nossa atuação.



Sociedade

Atendimento permanente. Adotamos uma postura de presteza e transparência em nossos canais com a sociedade, com o compromisso de oferecer a maior quantidade de informações sobre a empresa.

Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo

Seguindo recomendação dos nossos públicos de interesse e atendendo a uma iniciativa do Planejamento Estratégico da empresa, realizamos, em 2019, o 2º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo. Reunimos, no Rio de Janeiro, cerca de 200 líderes do setor para debater o tema “Potencial Exploratório do Pré-Sal e de Áreas Estratégicas”. Outras 900 pessoas acompanharam o evento, por meio de transmissão ao vivo.

No fórum, gestores da companhia e representantes da indústria e do governo debateram o papel do Brasil no cenário mundial do petróleo, as projeções de produção e arrecadação para os contratos de partilha de produção de petróleo, as áreas a serem exploradas e os desafios da indústria brasileira, nos próximos anos.



[Confira o vídeo do evento](#)



[Faça download das apresentações](#)



Canais de Atendimento à Sociedade

Pelos nossos canais de atendimento à sociedade, apresentamos respostas tempestivamente, observando os requisitos legais estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e demais normas regulamentadoras.



Fale conosco

Qualquer pessoa pode pedir informações à empresa por meio do Fale Conosco, um espaço reservado para o contato direto do cidadão com a empresa.

SeCI

O Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) permite ao servidor ou empregado público federal fazer consultas e pedir autorização para exercer atividade privada, bem como acompanhar as solicitações em andamento e interpor recursos contra as decisões emitidas. Em 2019, não houve nenhuma consulta ao SeCI.



Iniciamos nossa atuação no LinkedIn em agosto, com o objetivo de aumentar a divulgação de informações sobre a empresa, em contato direto com a sociedade. Encerramos 2019 com mais de 2,6 mil seguidores.



e-SIC

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe prazos e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode, sem burocracia, entrar com recursos e apresentar reclamações. Em 2019, recebemos 33 solicitações de informações pelo e-SIC. Nosso tempo médio de resposta foi de cinco dias, embora o prazo legal seja de 20 dias.



Mantemos um canal de ouvidoria que atende os empregados, os administradores e a sociedade. O e-Ouv é o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal que recebe as manifestações dos cidadãos, analisa, orienta e encaminha às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração do caso. Em 2019, recebemos 12 manifestações atendidas dentro do prazo legal. Estamos trabalhando em um canal de denúncias próprio.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Plano Estratégico 19-23 e Alocação de Recursos

Modelo de Governança

Controles Internos e Gestão de Riscos

Programa de Integridade

PLANO ESTRATÉGICO 19-23 E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Nosso planejamento estratégico é quinquenal, com um ciclo anual de revisão. Em cada ciclo, são definidas iniciativas estratégicas com planos de trabalho associados. Para cada plano, são identificados os recursos humanos, softwares e infraestrutura necessários. Durante a elaboração do planejamento de curto prazo, por meio do Plano Anual de Negócios (PAN) e do Programa de Dispêndio Global (PDG), cada área atualiza a sua necessidade de recursos, tendo em vista o cumprimento do estabelecido no planejamento de longo prazo e nas diretrizes estratégicas de curto prazo.

A tabela ao lado demonstra o Programa de Dispêndios Globais de 2019. Trabalhando dessa forma integrada, garantimos o alinhamento da alocação de recursos com o planejamento estratégico de longo e curto prazos, e com o orçamento da companhia, de forma a obter os recursos necessários, com foco nos objetivos estabelecidos para o exercício. Para dar um exemplo, os recursos humanos necessários para estruturação da companhia contaram com uma iniciativa estratégica específica. Seu resultado foi a contratação de profissionais para a gestão e análise técnica dos contratos de partilha assinados e licitados em 2019, e para a realização dos trabalhos atrelados aos volumes excedentes da cessão onerosa.

Também como iniciativas previstas no Planejamento Estratégico, foram realizadas a obra de expansão do escritório da PPSA e a contratação de softwares para dar suporte ao trabalho das equipes na análise técnica dos CPPs e na representação nos AIPs, incluindo banco de dados de custos de exploração e produção, para embasar a análise de cenários de projetos e de custos.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PROGRAMAÇÃO 2019 Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST		PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES	
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A - PRÉ-SAL PETRÓLEO		VALORES EM R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	38.220.467	Receitas de Capital	3.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	38.220.467	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	3.000.000
Imobilizado	13.149.100	Aportes do Tesouro Nacional	3.000.000
Intangível	25.071.367	Receitas Correntes	196.268.176
Despesas Correntes	123.038.532	Total dos Fontes	199.268.176
Despesas de Pessoal	26.926.489		
Despesas com Dirigentes	5.235.576	Variação Patrimonial	31.536.813
Despesas com Conselhos e Comitês	1.248.944	Variação do Disponível	6.472.364
Materiais e Produtos	46.890		
Serviços de Terceiros	23.716.556		
Tributos	61.887.025		
Outras Despesas Correntes	3.977.052		
Total dos Usos	161.258.999	Total Líquido das Fontes	161.258.999

MODELO DE GOVERNANÇA

Estamos aprimorando, a cada ano, nossas práticas de governança. Buscamos pautar nossas ações na retidão e idoneidade, clareza e transparência, competência e capacitação técnica, valores que fundamentam as práticas de governança e nossas ações, no dia a dia. O melhoramento contínuo faz parte do DNA da empresa, que busca um ambiente cada vez mais seguro para os negócios por meio do envolvimento de todos os níveis de governança.

Um dos principais avanços na estrutura de nossa governança foi a implantação do primeiro Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), órgão de assessoramento ao Conselho de Administração. O comitê iniciou seu funcionamento em janeiro de 2019 e, ao longo do ano, além dos acompanhamentos de temas fixos, constantes no Plano de Trabalho do comitê e em seu Regimento Interno, acompanhou, junto à gestão da companhia, os seguintes temas com especial atenção:

- Análise das Demonstrações Financeiras de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, do mesmo período;
- Contratação dos empregados de livre provimento;
- Contratação dos auditores independentes;
- Acompanhamento e discussão para a elaboração da Política de Transações sobre Partes Relacionadas;
- Processo de revisão de classificação e gerenciamento de riscos; e
- Segurança da informação.

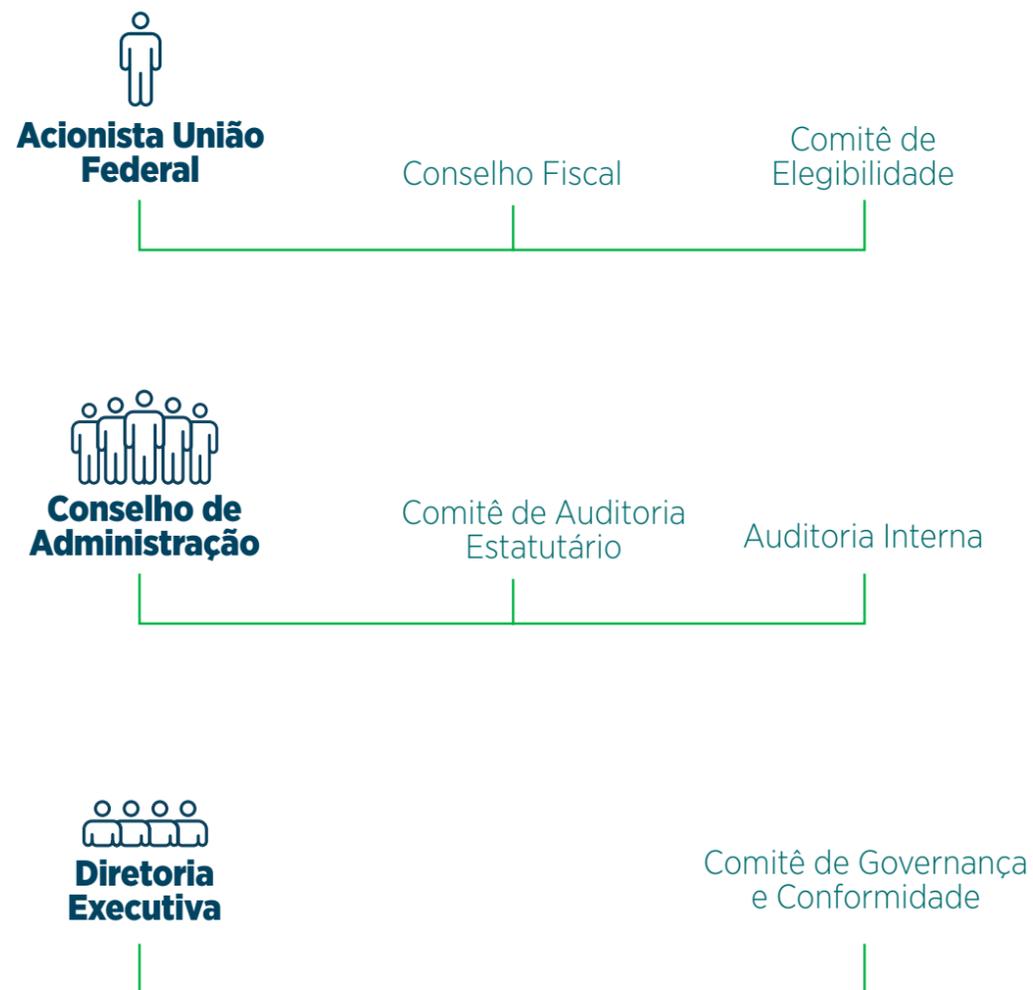


Saiba mais sobre nossa governança

Marcos na governança em 2019

- Eleição de novos membros para a diretoria e conselhos de Administração e Fiscal.
- Início de atuação do Comitê de Auditoria (COAUD).
- Associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
- Aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2018.
- Aprovação do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e Orçamento de Investimentos (OI) de 2020.
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas.
- Aprovação do Plano Anual de Negócios 2020.
- Contratação de empresa para implantação do Programa de Integridade.
- Aprovação de alteração do Estatuto Social da PPSA.
- Aprovação do Planejamento Estratégico 2020-2024.

A governança corporativa da Pré-Sal Petróleo é realizada por meio dos seguintes órgãos:



Assembleia Geral

A Assembleia-Geral, composta por um único acionista, a União, é o órgão máximo da Pré-Sal Petróleo, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é formado por cinco membros eleitos em Assembleia-Geral. Deve ser constituído por um conselheiro indicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME); dois, pelo Ministério da Economia; um, pela Casa Civil; e um, pelo diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo, membro nato. Os conselheiros de

Administração têm prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente; e as extraordinárias, sempre que convocadas pelo seu presidente ou pela maioria dos seus membros. As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples de votos dos presentes e registradas em ata, cabendo ao presidente os votos ordinários e de qualidade.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos e destituídos em Assembleia-Geral. Os conselheiros são empossados para um período de gestão de dois anos, admitidas duas reconduções. Dois conselheiros são indicados pelo MME; e um, pelo Ministério da Economia. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente; e as extraordinárias, quando convocadas pelo seu presidente.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão colegiado de direção geral da Pré-Sal Petróleo, ao qual cabe a gestão dos negócios de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão dessa diretoria é de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As decisões colegiadas da Diretoria Executiva serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes no mínimo três deles, cabendo ao diretor-presidente, além do voto comum, o de qualidade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é a área de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como por desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa. Sua atuação se dá para contribuir com a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e se subordina, administrativamente, ao diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo.

Comitê de Governança e Conformidade (CGC)

O Comitê de Governança e Conformidade (CGC) tem a missão de atuar como apoio à adoção das melhores práticas de governança corporativa e conformidade, bem como implantar um modelo de governança e conformidade nos moldes estabelecidos em lei. O CGC se reúne ordinariamente, sempre que convocado por qualquer um de seus membros.

Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD)

O Comitê de Auditoria, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem por finalidade assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior. Suas funções compreendem, mas não se limitam à análise e emissão de recomendações sobre: trabalhos da Auditoria Interna, contabilidade, auditoria independente, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir mais eficiência e eficácia às decisões do Conselho de Administração nos assuntos relacionados à sua área de atuação.

O COAUD, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na legislação e regulamento aplicáveis, é composto por três membros efetivos, em sua maioria independentes, com mandato de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma (1) reeleição.

Comitê de Elegibilidade

O Comitê de Elegibilidade é constituído por três membros que auxiliam o acionista controlador na verificação da conformidade do preenchimento dos requisitos e na ausência de vedações para as respectivas eleições dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Esse comitê delibera por maioria de votos, com registro em ata.

Auditoria Externa

A Auditoria Externa é responsável por auditar as demonstrações contábeis trimestrais e anuais da Pré-Sal Petróleo.

Nossa Diretoria Executiva



Crédito: Guarim de Lorena

Da esquerda para à direita: Paulo Carvalho, Eduardo Gerk, Samir Awad e Osmond Coelho

Jose Eduardo Vinhaes Gerk

Diretor-Presidente

Graduado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), com mestrado e doutorado em Engenharia Mecânica pela COPPE/UFRJ e especialização em Engenharia de Petróleo pela Universidade Petrobras, Gerk possui 30 anos de experiência na indústria de petróleo e gás. O engenheiro iniciou sua carreira na Petrobras, posteriormente atuou como consultor e gestor de empresas, e é professor titular do curso de Engenharia da Universidade Veiga de Almeida.

Osmond Coelho Junior

Diretor de Gestão de Contratos

É graduado em Engenharia de Construção e Fortificação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1980, com pós-graduação em Engenharia de Petróleo na Universidade Petrobras (1981), em Engenharia Econômica pela UFRJ (1986) e em Propaganda e Marketing pela ESPM-RJ (1988). Possui MBA em Gestão de Ativos pela FGV-RJ (2004) e em Gestão Avançada pela COPPE-AD (1998 e 2007). Osmond tem mais de 35 anos de experiência na indústria de óleo e gás, e iniciou sua trajetória profissional na Petrobras, na qual atuou, mais recentemente, como gerente-geral de Concepção e Implantação de Projetos de Libra, gerente-executivo de Investimentos de Gás e Energia, gerente-executivo da América do Norte, África e Eurásia; gerente-executivo de Sondas e Unidades de Produção, gerente-executivo de Projetos de Desenvolvimento da Produção e gerente-geral de Desenvolvimento da Produção no Pré-Sal.

Samir Passos Awad

Diretor de Administração, Controle e Finanças

É graduado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1982, com mestrado em Engenharia Submarina (Cranfield University), na Inglaterra, e possui especializações em Stanford (EUA) e na Insead Business School, na França. Samir Awad iniciou sua trajetória profissional na Petrobras, na qual atuou por mais de 30 anos. Entre as diversas atividades realizadas na empresa, o engenheiro foi diretor-presidente da Petrobras Nigeria Ltd. (1999-2006), gerente-executivo das Américas, África e Ásia; na gestão de projetos de E&P e downstream em 17 países (2007-2009), e como diretor-presidente da Petrobras Netherlands BV. (2009-2016).

Paulo Moreira de Carvalho

Diretor Técnico e de Fiscalização

Graduado em Engenharia Química pela UFRJ (1978), tem mestrado em Engenharia de Petróleo pela Unicamp (1993) e doutorado pela Universidade do Texas, EUA (1998). Possui mais de 35 anos de experiência na área de engenharia de petróleo, com ênfase em métodos de produção, elevação natural e artificial de petróleo. Foi gerente do ativo Akpo, na Nigéria, e diretor-geral da Petrobras Turquia (2006-2009). Também atuou como gerente-geral de Tecnologia e de Logística para o Pré-Sal, na Transpetro, no período de 2009 a 2014. Em 2014, assumiu o cargo de superintendente de Desenvolvimento e Produção na Pré-Sal Petróleo.

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

O modelo das Três Linhas de Defesa, conforme ilustrado abaixo, foi estruturado na empresa, com o objetivo de apoiar o gerenciamento de riscos, a implementação e acompanhamento do planejamento estratégico, e o estabelecimento e acompanhamento dos controles internos e da gestão. O modelo também oferece uma estrutura de reporte à alta administração e aos órgãos de governança e controle da companhia.



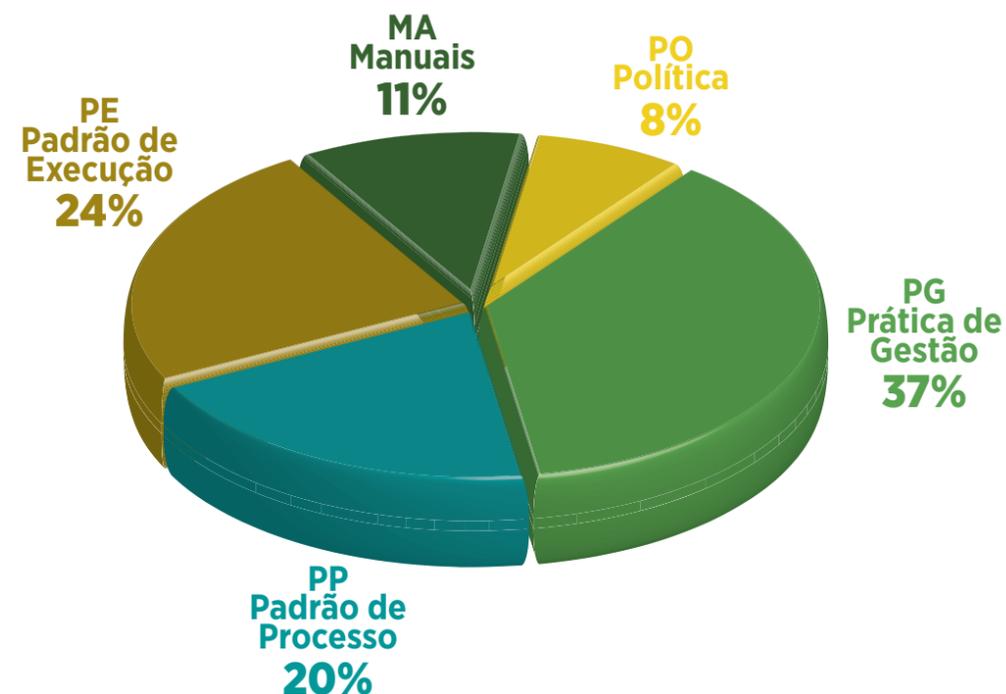
Sistema de Gestão

Nosso Sistema de Gestão é composto pelo Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Risco e Programa de Integridade. A Gerência da Rotina estabelece uma reunião de análise crítica mensal com a alta administração e a Diretoria Executiva, em que são acompanhados os indicadores de desempenho, o plano de contratações e o andamento da implantação dos processos e procedimentos na empresa.

O acompanhamento dos processos e procedimentos tem, como sustentação, o sistema de padronização e de gestão da documentação. Esse sistema estabelece os conceitos, critérios, responsabilidades e a forma de controle para garantia da criação, utilização e revisão dos padrões, por parte dos colaboradores.



Contamos com um total de 74 documentos:



Gerenciamento de Riscos

A gestão dos riscos é monitorada pela equipe de Planejamento Estratégico da empresa. Para a implantação do Ciclo de Gerenciamento de Riscos, criamos, anualmente, um grupo de trabalho multidisciplinar. O diretor-presidente e demais diretores participam das etapas de validação do método, do cronograma, do entendimento do contexto, dos riscos priorizados e do plano de respostas, além da aprovação do Relatório Final de Gerenciamento de Riscos.

O relatório final é aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria Estatutário acompanha, no mínimo trimestralmente, o posicionamento dos riscos na Matriz de Probabilidades e Impactos, e o status dos riscos. As ações do Plano de Ação para Tratamento dos Riscos são monitoradas mensalmente pelo Planejamento Estratégico junto às áreas responsáveis pelas ações pertinentes. Um status do andamento das ações é apresentado aos diretores, trimestralmente, na reunião de análise crítica do Planejamento Estratégico.

Acompanhamento do Planejamento Estratégico

Realizamos o Planejamento Estratégico (PE) de longo prazo, quinquenal, que prevê um ciclo anual de revisão. Em cada ciclo, são definidas iniciativas estratégicas, com planos de trabalho associados. O plano é construído de forma colaborativa, contando com a participação do corpo gerencial e coordenado pela Assessoria de Planejamento Estratégico. É realizado um seminário para discutir, com visão prospectiva de cinco anos, os cenários da empresa e o panorama da indústria do petróleo. É feita uma análise dos cenários para o quinquênio e um debate sobre os principais desafios da companhia. A partir daí, é delineada a revisão das diretrizes estratégicas e seu desdobramento nos objetivos estratégicos. O PE quinquenal é acompanhado mensalmente, por meio de uma reunião de análise crítica junto à Diretoria Executiva e coordenadores das iniciativas.



Controle Contábil Financeiro e Orçamentário

A Gerência de Controle e Finanças é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros e controles contábeis e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis. As nossas transações são transparentes, totalmente documentadas, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa.

As demonstrações contábeis são auditadas trimestralmente por auditores externos independentes. Estes são supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário, visando assegurar a qualidade de elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos de contratação de bens e serviços são realizados por meio dos preceitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pela nossa administração. Para cada contrato assinado, o diretor da área demandante da contratação designa um gestor de contrato.

Procedimentos na área contábil e financeira estabelecem aprovação do gestor de contrato previamente ao encaminhamento para a gerência de Controle e Finanças para fins de pagamento. Esta, por sua vez, demanda tripla aprovação para todas as operações financeiras, como forma de prevenir irregularidades.

Mensalmente, o Relatório de Gestão Contábil Financeira e Orçamentária é apreciado pela Diretoria Executiva, previamente ao envio para o Conselho Fiscal. Nesse

relatório, esta diretoria toma ciência do fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado até o período em reporte, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data. Também consta do relatório um fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade dos recursos financeiros ao longo do tempo. Por fim, é apresentada a regularidade fiscal da PPSA perante os órgãos federais, estaduais e municipais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, orientada por uma filosofia de agregar valor para melhorar as operações da organização. Ela auxilia a empresa a alcançar seus objetivos, trazendo uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Essa área trabalha para fortalecer e assessorar a gestão, bem como para desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e a probidade dos atos da administração. Quanto à vinculação, a Unidade de Auditoria Interna está subordinada ao Conselho de Administração, com o objetivo de proporcionar à unidade um posicionamento suficientemente elevado, que permita o desenvolvimento de suas atividades com mais autonomia e independência, de acordo com o § 3º, do art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Está em curso a implantação do Programa de Integridade, que tem por objetivo criar todos os elementos para mitigar os respectivos riscos, promovendo a cultura ética e, conseqüentemente, resguardando a imagem e reputação da empresa. A PPSA está comprometida em manter padrões de integridade, ética e governança na condução dos seus negócios e adota tolerância zero com relação à corrupção.

Como parte dos esforços nesse sentido, a companhia realizou com seus empregados, em 2019, a Semana da Integridade. O trabalho culminou com a palestra "Compliance Anticorrupção", ministrada pelo presidente do Instituto Compliance Rio (ICRio), Leandro de Matos Coutinho, e pela diretora do órgão, Anna Carvalho. Em paralelo, todos os membros dos colegiados participaram do treinamento sobre integridade. Entre outras iniciativas, realizamos o mapeamento de riscos de compliance e demos início a outras ações, a exemplo da elaboração da Política Anticorrupção, a atualização do Código de Conduta e Integridade e a contratação de canal externo de denúncias.



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

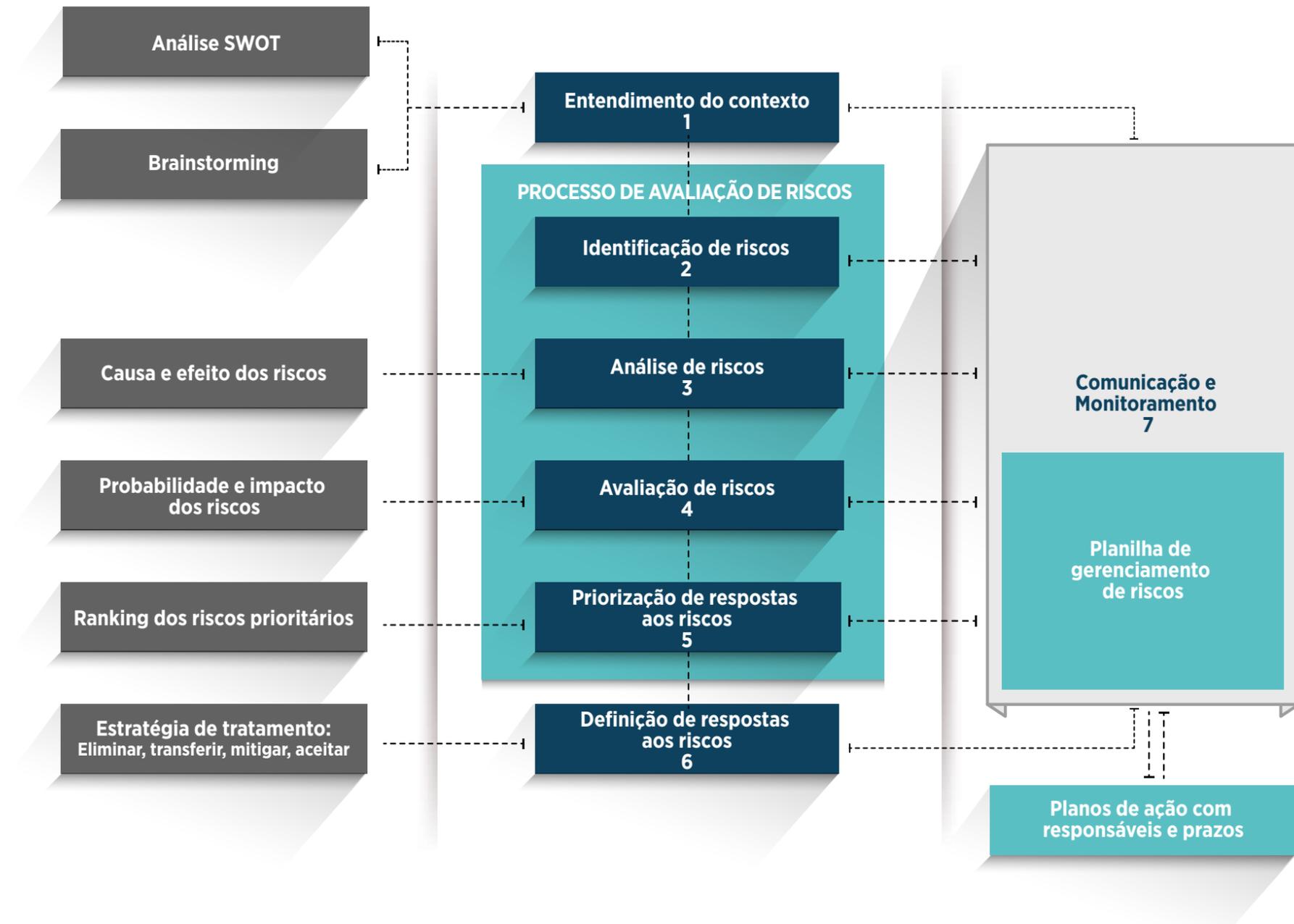
Riscos e Oportunidades

Perspectivas Plano Estratégico 2020-2024

Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção

RISCOS E OPORTUNIDADES

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pela equipe de Planejamento Estratégico e vem sendo aprimorado, ao longo dos anos. A nossa atuação frente aos riscos e a proatividade em mitigá-los visam à redução de implicações negativas para o modelo de negócio e para o desempenho futuro da empresa. O trabalho, realizado anualmente e reportado trimestralmente, consiste em seis etapas: entendimento do contexto; identificação, análise e avaliação de riscos; priorização e definição de respostas.



Para trabalharmos a etapa do entendimento do contexto, consideramos fatores externos e internos que afetam a nossa atividade, bem como a necessidade de cumprimento das nossas atribuições legais. Em seguida, identificamos os principais riscos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos, e que podem impactar os objetivos estratégicos da empresa. Esses riscos são, então, relacionados à estruturação e crescimento da companhia, à sustentabilidade financeira de longo prazo da PPSA, ao processo de comercialização de óleo e gás, ao compliance e à segurança da informação, à gestão dos contratos de partilha e à representação da União nos AIPs.

Os riscos aos quais estamos expostos são classificados nos seguintes grupamentos:

- **Riscos legais:** decisão desfavorável em processos judiciais, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle.
- **Risco de Imagem:** desgaste do nome da instituição perante o mercado, a sociedade e as autoridades.
- **Risco Operacional:** falhas, deficiências ou inadequações de processos internos envolvendo pessoas, sistemas e eventos, inclusive externos.
- **Risco Financeiro (de liquidez ou de crédito):** risco de não honrar seus compromissos em tempo hábil ou risco de não recebimento de seus créditos.
- **Riscos Conjunturais:** mudanças verificadas nas condições políticas, sociais e econômicas do Brasil ou de outros países.
- **Riscos de Integridade:** eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores e padrões preconizados pela empresa, e a realização de seus objetivos.

Para cada um dos riscos identificados, houve uma classificação quanto à sua probabilidade e ao seu impacto, resultando na exposição de cada risco, conforme mapeado na Matriz de Calor. Em 2019, trabalhamos com um conjunto de dez riscos. Todos possuem um Plano de Mitigação acompanhado pelo processo de gerenciamento de riscos. É importante mencionar a interface da gestão de riscos com o Planejamento Estratégico.

As iniciativas estratégicas são formuladas considerando os riscos e abordam ações de mitigação. Diante do que foi mapeado, verificamos que as principais incertezas estão relacionadas à aquisição de recursos humanos; à sustentabilidade financeira de longo prazo da companhia, às alterações políticas, econômicas e regulatórias; e aos desafios quanto ao mercado e às estratégias de comercialização de óleo e gás.

Além dos riscos identificados como fragilidades e ameaças, também contamos com diversas oportunidades, tais como: colaborar na estratégia exploratória e na gestão dos reservatórios dos projetos; fomentar a melhoria na concepção e na gestão dos projetos; consolidar conhecimento e gerar valor no Pré-Sal; contribuir com estudos de viabilidade para disponibilização do gás natural; e cooperar para a celeridade da formalização dos acordos de coparticipação. As principais oportunidades foram tratadas em iniciativas estratégicas no Plano Estratégico 2020-2024.

Tipos de riscos



Falta de Recursos Humanos



Operacional



Imagem



Financeiro



Integridade

Ações de mitigação alinhadas com o Planejamento Estratégico

Ajuste do Plano de Cargos e Salários para tornar a empresa apta a realizar processo seletivo público

Planejamento de políticas de retenção de recursos humanos

Investimentos em transformação digital

Definição de alternativas para remuneração na PPSA

Implementação de alternativas ao processo de comercialização adotado até 2019

Implantação do Programa de Integridade (Compliance)

PERSPECTIVAS PLANO ESTRATÉGICO 2020-2024

O Plano Estratégico 2020-2024 foi elaborado no último trimestre de 2019 e contou com o envolvimento da alta liderança em todas as etapas de desenvolvimento. O plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro e leva em conta o impacto previsto nas nossas atividades, nos próximos anos, em função do aumento esperado de produção nos contratos de partilha vigentes, bem como nos três que serão assinados ao longo de 2020. Considerou-se ainda a expectativa de novas rodadas para o quinquênio, como a de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, a 7ª e 8ª Rodadas de Licitação.

O sucesso das próximas rodadas poderá resultar na gestão de até 26 contratos de partilha de produção até 2021, além de um cenário de aumento significativo na comercialização de petróleo e gás da União. O cenário levará, naturalmente, a novas ações de planejamento para a adequação da empresa e a iniciativas de transformação digital.

Diretrizes Estratégicas

Aprimorar a gestão dos Contratos de Partilha e dos Acordos de Individualização, adequando-a aos Excedentes da Cessão Onerosa

Implementar o processo de comercialização de petróleo e gás

Estruturar a empresa e promover a sua transformação digital

Objetivos Estratégicos


Volumes Excedentes da Cessão Onerosa

Adequar os padrões de gestão às novas atividades relacionadas aos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa


Acordos de participação

Realizar todos os atos necessários para a assinatura dos acordos de participação de Búzios e Itapu


Leilões

Realizar todos os atos necessários junto à ANP e ao MME para realização dos leilões de Sépia e Atapu


Comercialização do petróleo da União

Definir modelo de comercialização de petróleo


Redução de dependência do sistema DP

Reduzir dependência de sistema DP (posicionamento dinâmico) de offloading


Aproveitamento do gás natural do pré-sal

Identificar novos modelos para a comercialização do gás natural


Valor do petróleo da União

Estimar o valor dos petróleos da União


Estruturação da empresa

Estruturar a empresa quanto aos recursos humanos e financeiros


Transformação digital

Implantar a transformação digital da Pré-Sal Petróleo


Relacionamento com públicos de interesse

Ampliar a comunicação da empresa junto aos públicos de interesse


Práticas de conformidade

Adequar a empresa às melhores práticas de conformidade

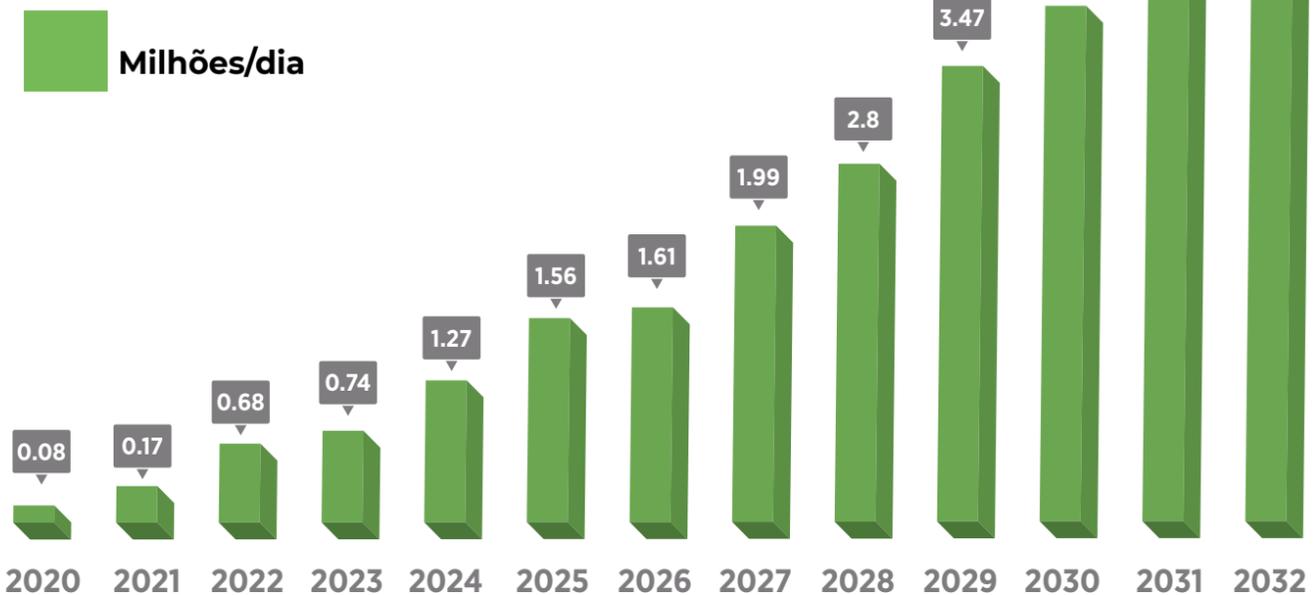
ESTIMATIVA DE RESULTADOS NOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

O estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, elaborado pela nossa área de Planejamento Estratégico em novembro de 2019, projetou a evolução dos 17 contratos deste gênero sob nossa gestão (14 em vigor até dezembro de 2019 e outros três a partir de março de 2020) até 2032 e constatou um cenário de crescimento significativo de produção e de geração de receitas para a União.

Em 2031, a produção estimada de petróleo de todos os contratos alcançará um pico de 3,9 milhões de barris por dia – acima da atual produção nacional. Em 2032, a parcela projetada para o governo atingiria seu pico, com 1,2 milhão de barris de petróleo por dia, considerando-se as alíquotas de volumes de excedentes em óleo oferecidos à União, nos 17 contratos. Analisando o período de 2020 a 2032, isso significará uma entrada de recursos de R\$ 424 bilhões com a comercialização da parcela prevista para a União.

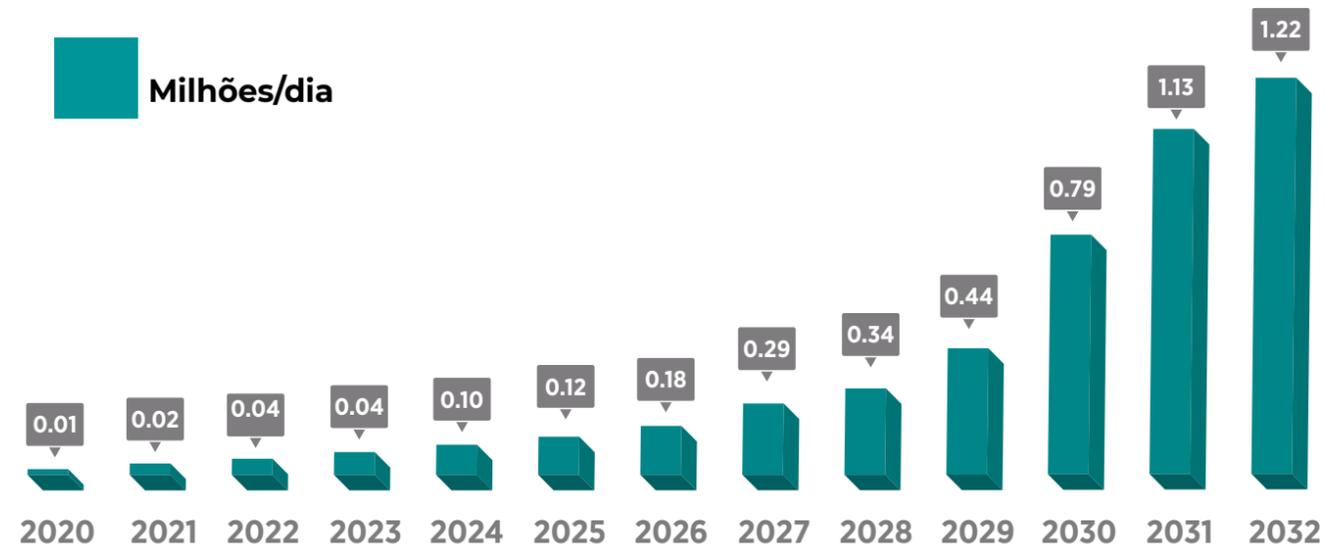
Produção estimada nos 17 CPPS

3,9 milhões de barris/dia em 2031



Volume de óleo da União a ser comercializado pela PPSA

1,2 milhão de barris/dia em 2032

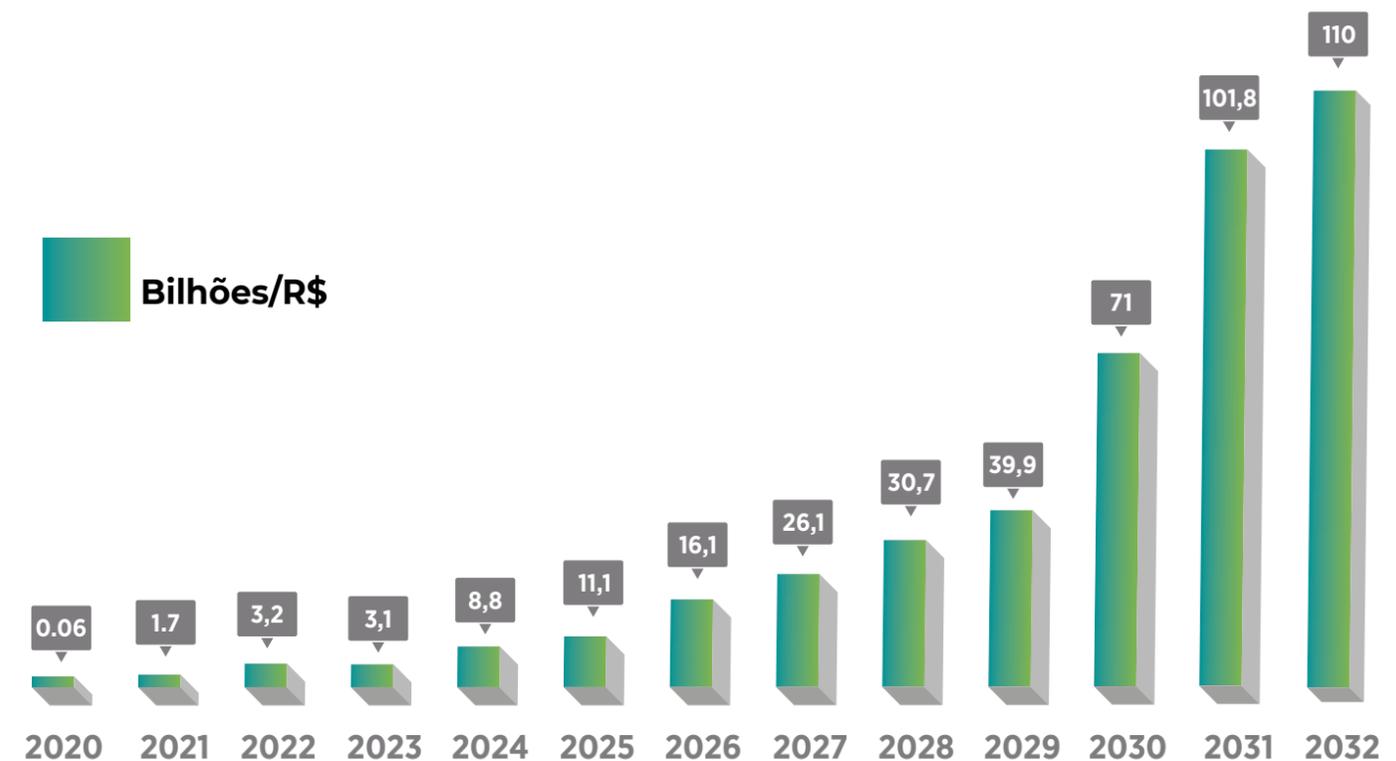


Participações Governamentais

O impacto da produção crescente traz retorno para o Governo Federal, estados e municípios. Além dos ganhos com a comercialização, há que se considerar a arrecadação com royalties e a receita com pagamento de impostos. O estudo indica que, juntos, os 17 contratos gerarão, de 2020 a 2032, uma receita da ordem de R\$ 1 trilhão em participações governamentais para a União, Estados e municípios.

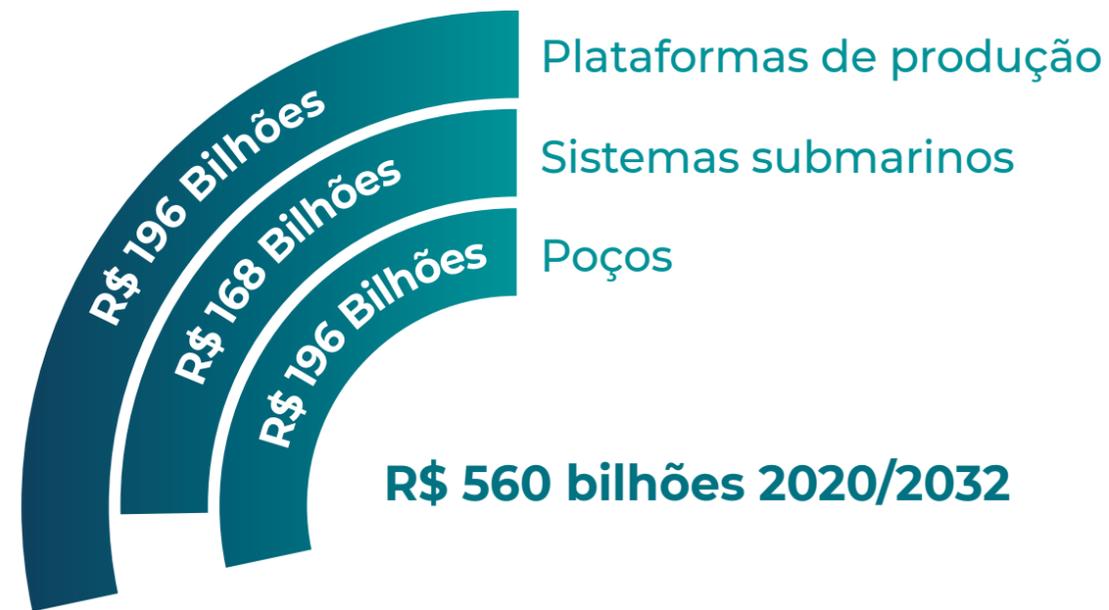


Comercialização da parcela de óleo e gás da União R\$ 424 bilhões 2020/2032

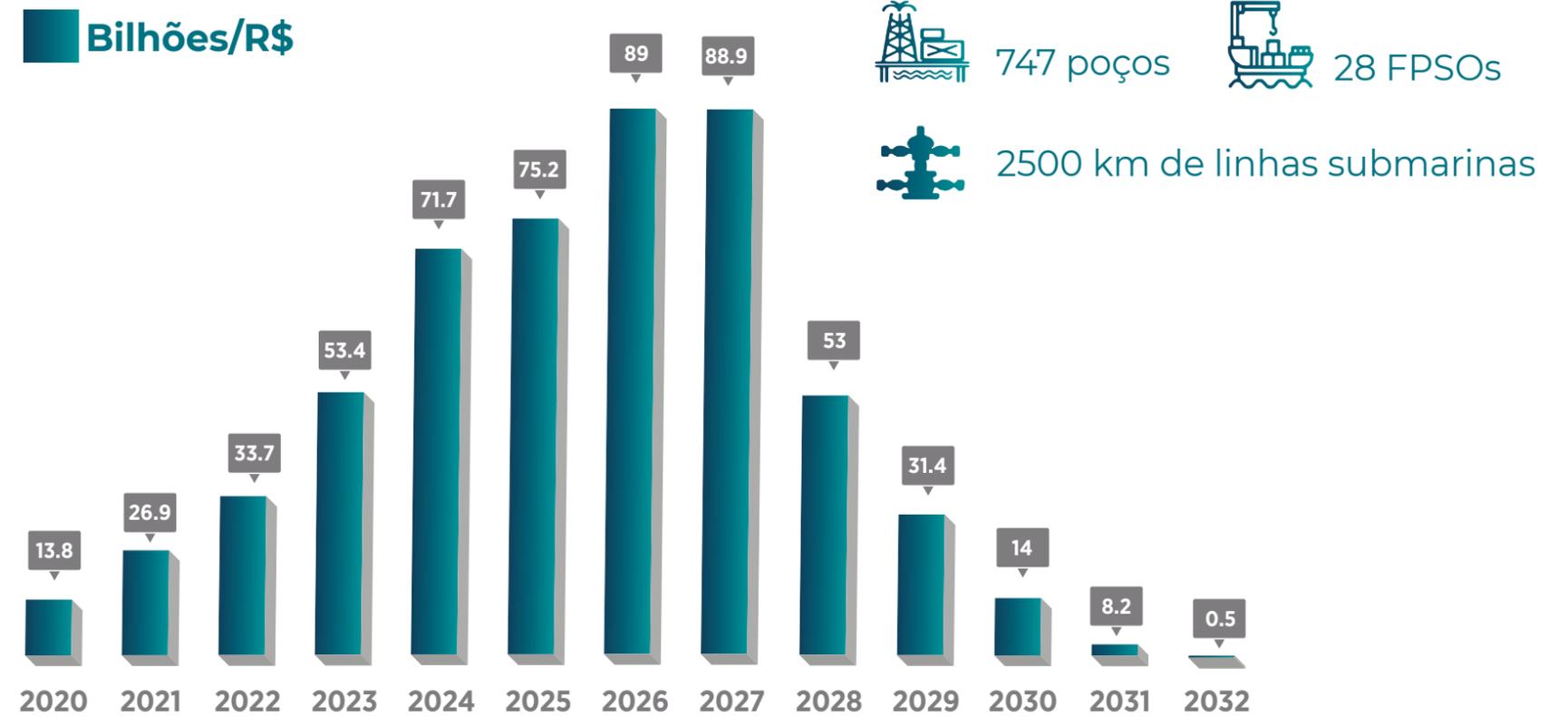


Investimentos

Os resultados prospectivos também movimentarão a indústria fornecedora de equipamentos e de bens e serviços. Para se chegar ao pico de produção de 3,9 milhões de barris de óleo por dia, em 2031, os investimentos da cadeia produtiva de óleo e gás natural deverão somar R\$ 560 bilhões, ao longo do período analisado pelo estudo.



Distribuição de investimentos



Premissas do estudo



Para data de primeiro óleo e curva de produção, consideraram-se os Planos de Desenvolvimento (PD) existentes. Para projetos na fase exploratória (sem PD), estimou-se o primeiro óleo em oito anos após assinatura dos contratos; e foram simuladas curvas de produção, tendo como premissas o volume de óleo in place, taxa de sucesso geológico/comercial, vazão máxima de óleo, tempo de ramp up e de patamar, e taxa de declínio de produção.



Considerou-se a utilização de FPSOs com capacidade de produção entre 50 mil e 220 mil barris/dia, a depender do tamanho do projeto implantado.



Considerou-se um poço produtor para cada 20 mil barris de capacidade do FPSO, um poço injetor para cada produtor e um poço exploratório por projeto.



Foram considerados os Planos de Desenvolvimento existentes para a projeção de investimentos e custos. Para projetos na fase exploratória (sem PD), foram utilizadas avaliações de custo fornecidas pela área técnica da Pré-Sal Petróleo. Os investimentos foram aportados igualmente nos três anos anteriores ao primeiro óleo e no ano do primeiro óleo.



O estudo também contempla as seguintes variáveis: taxa anual de depreciação (10%), alíquota de óleo lucro, limite de recuperação de custo em óleo e bônus de assinatura definidos para cada projeto. Dados individuais não são apresentados por questões de sigilo.



O estudo adotou preços padrões para óleo e gás, sendo US\$ 60/barril e US\$ 5/MMBtu, respectivamente. Câmbio: US\$ 1 = R\$ 4.

RESULTADOS DA GESTÃO

Resultados do Plano Estratégico 19-23

Contratos de Partilha de Produção

Acordos de Individualização da Produção

Comercialização de Petróleo e Gás Natural da União

Transformação Digital

Gestão de Licitações e Contratos Internos

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO 19-23

O ano de 2019 foi marcado por expansão, inovação e mudanças. Aumentamos o quadro de pessoal, ampliamos o escritório, investimos na transformação digital e arrecadamos recursos para a União com as nossas atividades.

Nas três frentes de atuação, registramos resultados positivos. Com as rodadas de licitação realizadas em novembro, a companhia ganhou mais três novos contratos de partilha de produção, ampliando sua atuação no mercado. Nos contratos vigentes, todos os comitês operacionais encontraram o caminho colaborativo e do consenso.

Os resultados alcançados no exercício foram obtidos a partir da realização de ações estabelecidas previamente em nosso Planejamento Estratégico 19-23, que encerrou 2019 com um índice de realização de 95% com relação ao previsto. Das 21 iniciativas estratégicas listadas, 12 foram concluídas e nove realizadas com sucesso, com continuidade prevista no Plano 20-24.

Desafios mapeados no Planejamento Estratégico 19-23:

- Quatro Sistemas de Produção Antecipada (SPA) em Libra;
- Programa exploratório das áreas central e sudeste de Libra;
- Projetos de Desenvolvimento da Produção: Mero 1, Mero 2, Mero 3 e Mero 4;
- Novos contratos de partilha de produção oriundos de licitações da 6ª, 7ª e 8ª Rodadas;
- Execução dos planos de exploração dos CPPs;
- Contratos de partilha das áreas do Excedente da Cessão Onerosa (ECO);
- Diferentes estratégias de comercialização de petróleo e gás da União;
- Identificação de solução para a logística da comercialização;
- Identificação de potenciais mercados compradores do óleo da União, no exterior;
- Definição de eventual estratégia para contratação de agente comercializador;
- Projetos de individualização da produção em operação;
- Equalização de Gastos e Volumes (EGV) para os Acordos de Individualização da Produção (AIPs);
- Redeterminações nos AIPs; e
- Transformação digital da empresa.

Confira a seguir nossos resultados em mais detalhes por área de negócio:

CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Ao longo do ano, realizamos atividades em todos os 14 contratos sob nossa gestão. Nossa equipe trabalhou com foco em resultados, aprovando gastos com custeio e investimento passíveis de recuperação pelos contratados; verificando o cumprimento do conteúdo local; presidindo os comitês operacionais; participando ativamente de subcomitês técnicos em todos os contratos; e discutindo temas diversos como inovação, segurança e logística. Em todos os contratos, revisamos e simplificamos nossos procedimentos de aprovação de ballots (votos por correspondência) e aprimoramos a governança.

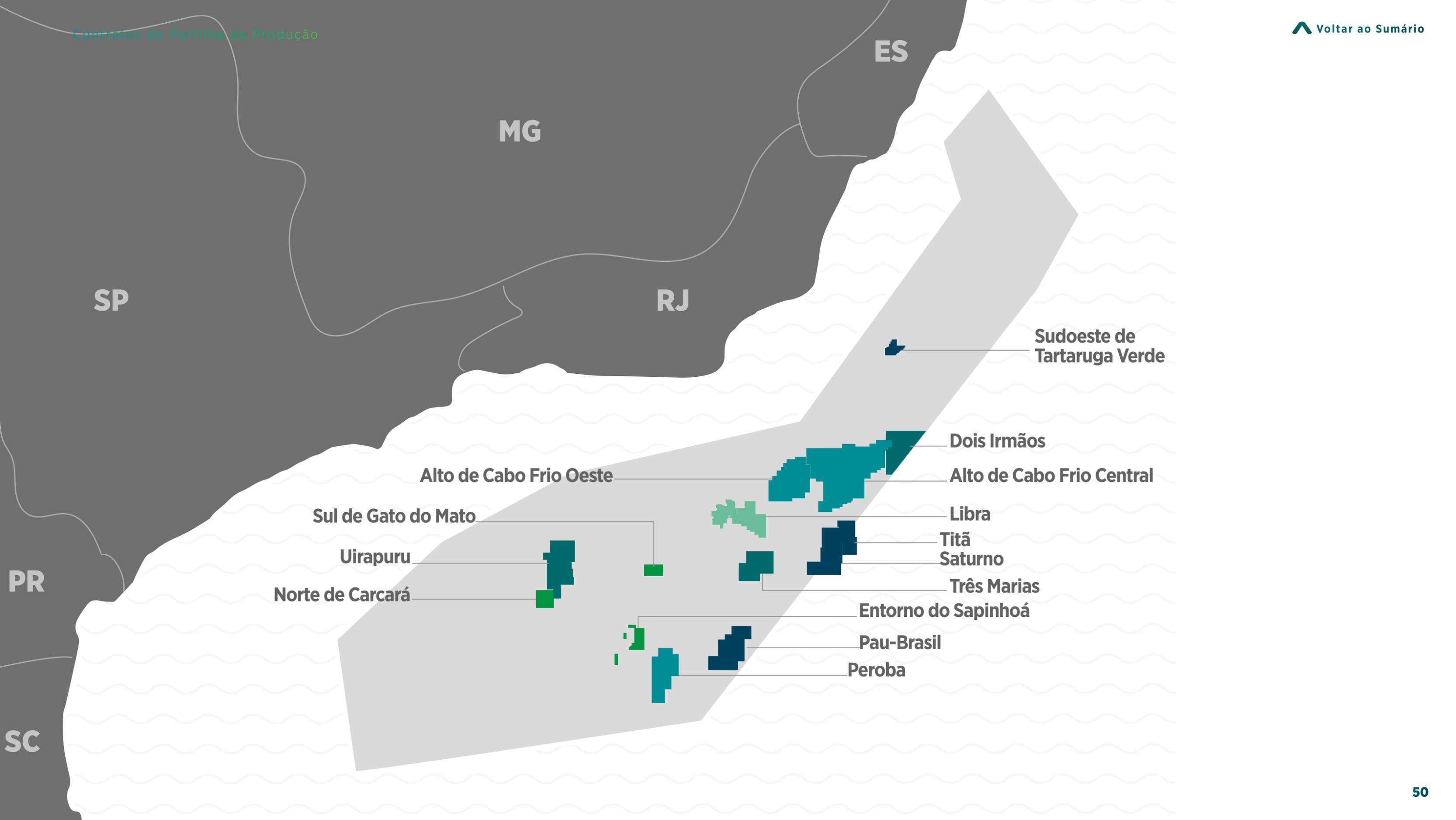
Para dar suporte técnico à gestão dos contratos, adquirimos um parque de 18 workstations para construção de modelos de reservatórios. Com esses recursos, produzimos um novo acervo de capital intelectual para a empresa, com a elaboração de novos modelos geológicos e de reservatórios para os contratos sob nossa gestão, de forma a ampliar nosso conhecimento sobre essas áreas.

Em atendimento aos nossos objetivos estratégicos, contratamos um banco de dados de custos de exploração e produção para embasar análise de cenários de projetos e de custos, e desenvolvemos uma ferramenta de modelo econômico para analisar e aprovar a viabilidade dos projetos de exploração e produção. Com base nessa ferramenta, passamos a simular os mais variados cenários econômicos, alavancando o poder de avaliação, a crítica e a gestão dos projetos em andamento ou futuros, de modo a propor às operadoras melhorias para redução do risco, custo e aumento da taxa de retorno.

O ano também foi marcado pelo desenvolvimento e entrega do Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP), uma ferramenta digital que possibilita o acompanhamento on-line de todas as atividades de gestão dos contratos. O SGPP aumenta a segurança da informação dos contratos e agiliza o processo de reconhecimento de custos e tomada de decisão. O sistema já está em uso em nove dos 14 blocos.

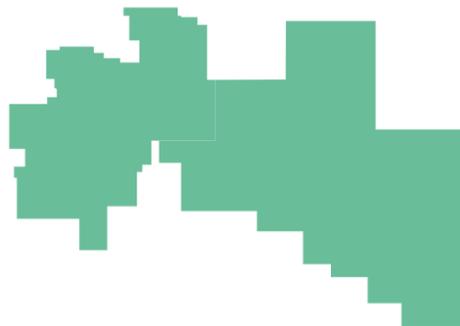
A tabela abaixo apresenta os projetos sob nossa gestão:

CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	CONSÓRCIO (* - operador)	RODADA DE PARTILHA DE PRODUÇÃO	DATA DE ASSINATURA DO CPP	ETAPA/FASE PARA FINS DE REMUNERAÇÃO
Libra	*Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNODC (10%), CNOOC (10%)	CPP 1	02/12/2013	Desenvolvimento/Exploração
Sul de Gato do Mato	*Shell Brasil (80%), Total E&P do Brasil (20%)	CPP2	31/01/2018	Exploração
Entorno de Sapinhoá	*Petrobras (45%), Shell Brasil (30%), Repsol Sinopec (25%)	CPP2	31/01/2018	Desenvolvimento
Norte de Carcará	*Statoil (40%), Exxon (40%), Petrogal (20%)	CPP2	31/01/2018	Exploração
Peroba	*Petrobras (40%), BP (40%), CNODC (20%)	CPP3	31/01/2018	Exploração
Alto de Cabo Frio Oeste	*Shell Brasil (55%), CNOOC Petroleum (20%), QPI Brasil (25%)	CPP3	31/01/2018	Exploração
Alto de Cabo Frio Central	*Petrobras (50%), BP Energy (50%)	CPP 4	17/12/2018	Exploração
Dois Irmãos	*Petrobras (45%), BP Energy (30%), Equinor (25%)	CPP 4	17/12/2018	Exploração
Três Marias	*Petrobras (30%), Shell Brasil (40%), Chevron (30%)	CPP 4	17/12/2018	Exploração
Uirapuru	*Petrobras (30%), ExxonMobil (28%), Equinor (28%), Petrogal (14%)	CPP 4	17/12/2018	Exploração
Saturno	*Shell Brasil (50%), Chevron (50%)	CPP 5	17/12/2018	Exploração
Pau Brasil	*BP Energy (50%), CNOOC (30%), Ecopetrol (20%)	CPP 5	17/12/2018	Exploração
Titã	*ExxonMobil (64%), QPI Brasil (36%)	CPP 5	17/12/2018	Exploração
Sudoeste de Tartaruga Verde	Petrobras (100%)	CPP 5	17/12/2018	Desenvolvimento/Exploração
Aram	*Petrobras (80%), CNODC (20%)	CPP 6	17/12/2019	Exploração
Búzios	*Petrobras (90%), CNODC (5%), CNOOC (5%)	EXCEDENTE CO	06/11/2019	Desenvolvimento
Itapu	*Petrobras (100%)	EXCEDENTE CO	06/11/2019	Desenvolvimento



Contrato da 1ª Rodada de Partilha de Produção

Bloco: Libra



Contratados: Petrobras (operador, 40%), Shell (20%), Total (20%), CNODC (10%) e CNOOC (10%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 15 bilhões e 41,65%

Principais marcos em 2019

- Realizado o acompanhamento das operações do FPSO Pioneiro de Libra, obtendo-se informações importantes de reservatórios, operação da planta de processamento, reinjeção de gás e uso de linhas flexíveis.
 - Conclusão dos poços 9-MRO-06D-RJS e 8-MRO-04-RJS, início da perfuração do poço 7-MRO-07-RJS e a completção do 3-RJS-741-RJS.
 - Assinada a contratação do FPSO de Mero 2 com a empresa SBM (vencedora da licitação) para afretamento e serviços, e iniciada a sua construção.
 - Aprovado o início do processo de contratação do FPSO de Mero 3 e lançada a licitação no mercado.
 - Iniciada a discussão da contratação do FPSO Mero 4, com previsão de ida ao mercado em 2020.
 - Realizada auditoria de custo em óleo referente ao exercício de 2017.
 - Iniciado o processo de reconhecimento de custos e de acompanhamento da produção utilizando o Sistema de Gestão de Gastos da Partilha de Produção (SGPP).
 - Concluída a aquisição sísmica 4D operando com o sistema Ocean Bottom Nodes (OBN).
- Validada a descoberta (Plano de Avaliação de Descoberta – PAD) e solicitada ao MME e à ANP a extensão da fase exploratória das áreas central e sudeste por mais cinco anos.
 - Atingida, pelo FPSO Pioneiro de Libra, uma produção acumulada de 22,8 milhões de barris de óleo até o fim de 2019, sendo 3,4 milhões de barris destinados à União (excedente de óleo da União).
 - Dada continuidade a vários projetos de tecnologia, com destaque para Sistema Hi-Sep, Cargo Transfer Vessel (CTV), Carbon Molecular Sieves, Libra Digital: Digital Twins, energia eólica offshore, human factors, emprego do supercomputador Santos Dumont e sistema de monitoramento de risers.

Contratos das 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção

BLOCO: SUL DO GATO DO MATO



Contratados: Shell (operador, 50%), Ecopetrol (30%) e Total (20%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 100 milhões e 11,53%

Principais marcos em 2019

- Perfurado o poço GdM #3, parte do Programa Exploratório Mínimo (PEM), obtendo resultados melhores do que o esperado. Tal fato motivou a inclusão de um poço adicional no PAD conjunto em 2020, para confirmação de continuidade das características permoporosas do reservatório na direção norte.
- Concluída a negociação do Pré-AIP entre o CPP de SdGM e a concessão do BM-S-54 e do Acordo de Confidencialidade com o BM-S-54.
- Aprovada a estratégia de contratação do futuro FPSO para a produção da jazida compartilhada.
- Iniciada a aquisição da sísmica OBN.
- Iniciado o processo de reconhecimento de custos utilizando o SGPP.

BLOCO: ENTORNO DE SAPINHOÁ



Contratados: Petrobras (operador, 45%), Shell (30%) e Repsol (25%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 200 milhões e 80%

Principais marcos em 2019

- Aprovada a locação do poço ADR-NE para aquisição de dados de reservatório.
- Aprovada a tabela de HH para vigência em 2019.
- Realizado o reconhecimento de custos e cálculo do excedente em óleo em curso.

BLOCO: NORTE DE CARCARÁ

Contratados: Equinor (operador, 40%), Exxon (40%) e Petrogal (20%)

Bônus e percentual de excedente em óleo: R\$ 3 bilhões e 67,12%

Principais marcos em 2019

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Licitadas as empresas responsáveis por engenharia e construção (após a sanção do projeto) dos equipamentos e instalações submarinas e do FPSO para Bacalhau Fase 1 (Bacalhau e Bacalhau Norte).
- Concluído o DST (Drill Stem Test – teste de formação) do poço 3-EQN-3-SPS (Carcará Leste), com resultados promissores.
- Concluída a avaliação da jazida e submetidos à ANP o Relatório Final de Avaliação de Descoberta (RFAD) e as Declarações de Comercialidade dos Campos de Bacalhau e Bacalhau Norte.
- Iniciado o processo de discussão do Plano de Desenvolvimento da jazida compartilhada, previsto para ser entregue à ANP em 2020.
- Iniciado o processo de unitização da jazida compartilhada, previsto para se encerrar em 2020.

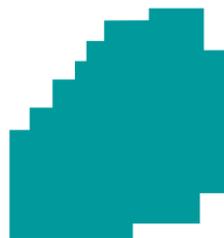
BLOCO: ALTO DE CABO FRIO CENTRAL

Contratados: Petrobras (operador, 50%) e BP (50%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 500 milhões e 75,86%

Principais marcos em 2019

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Concluído o processo de licenciamento ambiental para perfuração do poço exploratório, com início previsto para o primeiro trimestre de 2021.
- Realizadas reuniões com o operador acerca da estratégia de procurement para a perfuração do poço exploratório.

BLOCO: ALTO DE CABO FRIO OESTE

Contratados: Shell (operador, 55%), QPI (25%) e CNOOC (20%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 350 milhões e 22,87%

Principais marcos em 2019

- Emitida pelo Ibama, em setembro de 2019, licença para perfuração de três poços exploratórios.
- Concluída em dezembro de 2019, pela sonda Brava Star, da empresa Constellation, a perfuração do primeiro poço exploratório (prospecto Vidigal), compromisso firme do PEM, cujos resultados serão analisados em 2020 para avaliar a perfuração dos dois poços contingentes previstos.
- Iniciado o processo de reconhecimento de custos utilizando o SGPP.

BLOCO: PEROBA

Contratados: Petrobras (operador, 40%), BP (40%) e CNODC (20%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 2 bilhões e 76,96%

Principais marcos em 2019

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Concluído o poço Peroba-1, cujos resultados estão em análise pelo consórcio.
- Concluído o processo de auditoria da Metodologia de Cálculo dos Custos de Pessoal (HH) do Operador, o que permitiu a aprovação da tabela de HH do operador para 2018 e 2019.

Contratos da 4ª Rodada de Partilha de Produção

BLOCO: UIRAPURU



Contratados: Petrobras (operador, 30%), Equinor (28%), ExxonMobil (28%) e Petrogal (14%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 2,65 bilhões e 75,49%

Principais marcos em 2019

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Concluído o processo de auditoria da Metodologia de Cálculo dos Custos de Pessoal (HH) do Operador, o que permitiu a aprovação da tabela de HH do operador para 2018 e 2019.
- Realizadas reuniões sobre estratégia de suprimento de bens e serviços, que conduziu a adesões de contrato suportando a perfuração de Araucária S (1-SPS-107 e repetições), iniciada em novembro de 2019, e ao planejamento das contratações para os eventuais poços contingentes.

BLOCO: TRÊS MARIAS



Contratados: Petrobras (operador, 30%), Chevron (30%) e Shell (40%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 100 milhões e 49,95%

Principais marcos em 2019

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Realizadas reuniões com o operador acerca da estratégia de procurement para a perfuração do poço exploratório, com início previsto para o primeiro trimestre de 2021.

BLOCO: DOIS IRMÃOS



Contratados: Petrobras (operador, 45%), Equinor (25%) e BP (30%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 400 milhões e 16,43%

Principais marcos

- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.
- Definida, em dezembro de 2019, a locação do poço exploratório, com início da perfuração previsto para o primeiro trimestre de 2021.

Contratos da 5ª Rodada de Partilha de Produção

BLOCO: SATURNO



Contratados: Shell (operador, 45%), Chevron (45%) e Ecopetrol (10%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 3,125 bilhões e 70,20%

Principais marcos em 2019

- A Shell iniciou, junto ao Ibama, o processo de licenciamento ambiental do Bloco de Saturno.
- Previsto o início de perfuração do poço pioneiro de Saturno para ocorrer entre abril e maio de 2020, conforme última informação do consórcio (003/2020).

BLOCO: TITÃ



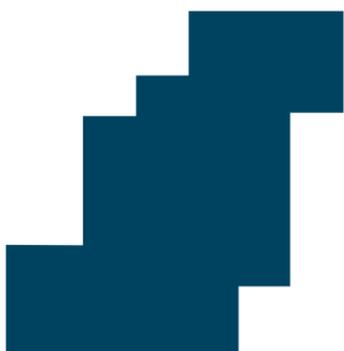
Contratados: ExxonMobil (operador, 64%) e QPI (36%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 3,125 bilhões e 23,49%

Principais marcos

- Aprovação do Programa Exploratório Mínimo (PEM) de Titã pela diretoria da ANP.
- Previsto início da perfuração do poço exploratório para dezembro de 2020.
- Dada continuidade ao processo de avaliação exploratória da área.

BLOCO: : PAU-BRASIL



Contratados: BP (operador, 50%), Ecopetrol (20%) e CNOOC (30%)

Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 500 milhões e 63,79%

Principais marcos em 2019

- Aprovado o reprocessamento sísmico da área.
- Iniciadas as atividades de licenciamento ambiental e do processo de contratação para a perfuração do poço pioneiro no quarto trimestre de 2021. A definição da locação do poço do PEM está condicionada ao término do reprocessamento, no fim de 2020.

BLOCO: SUDOESTE DE TARTARUGA VERDE



Contratado: Petrobras (operador, 100%)

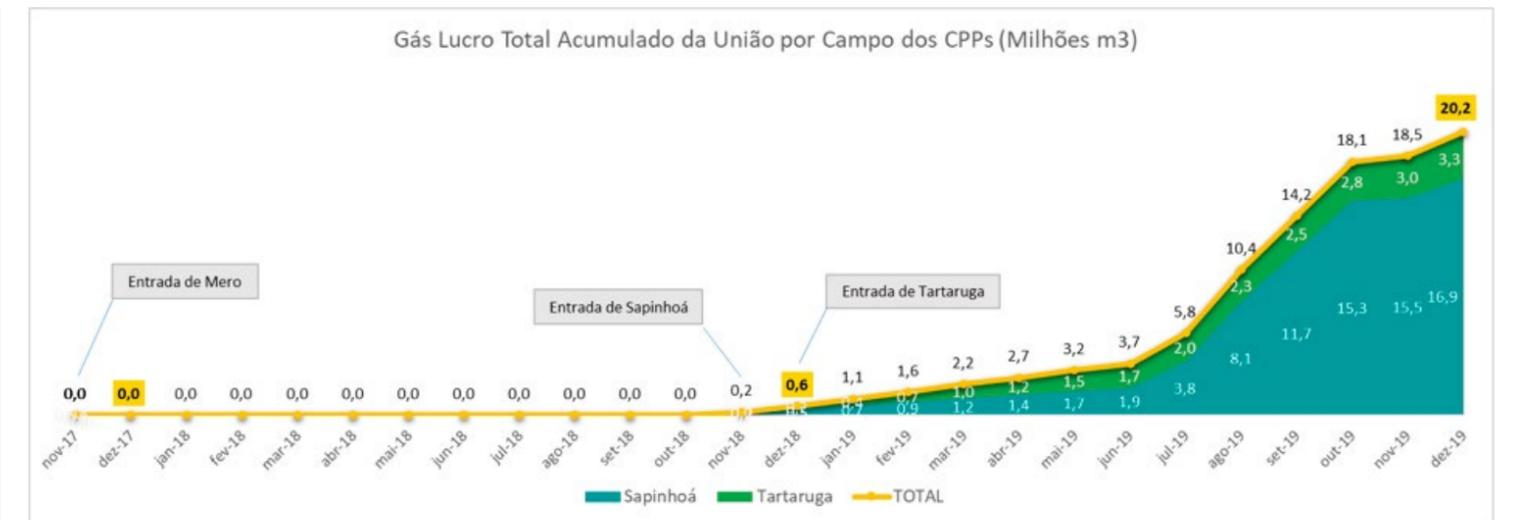
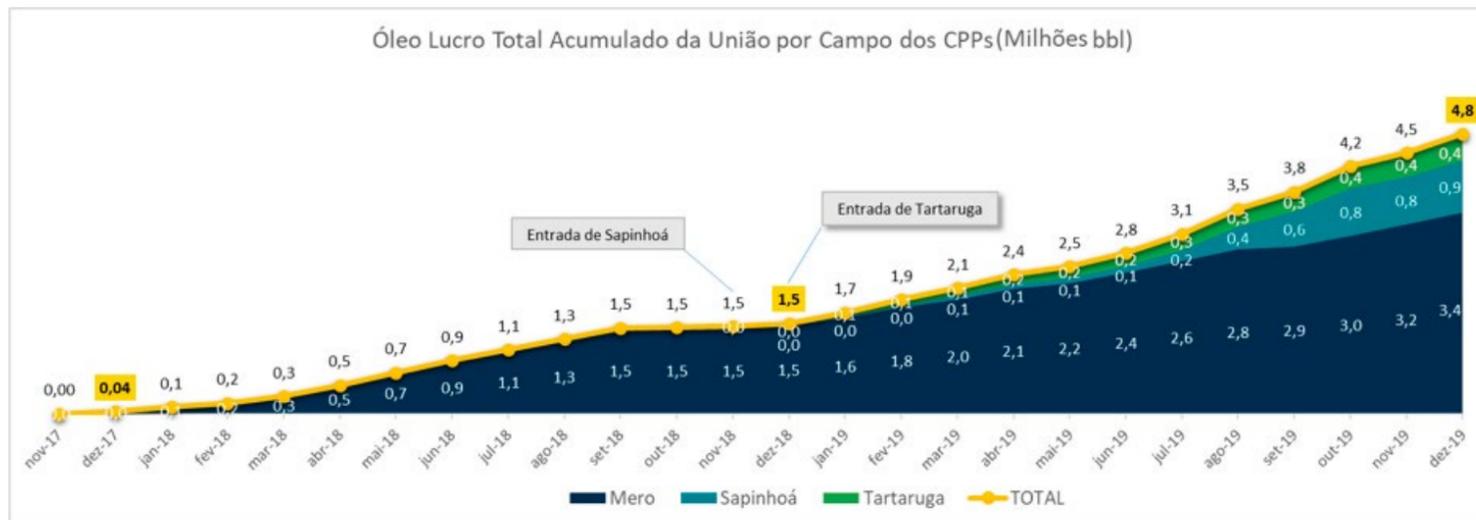
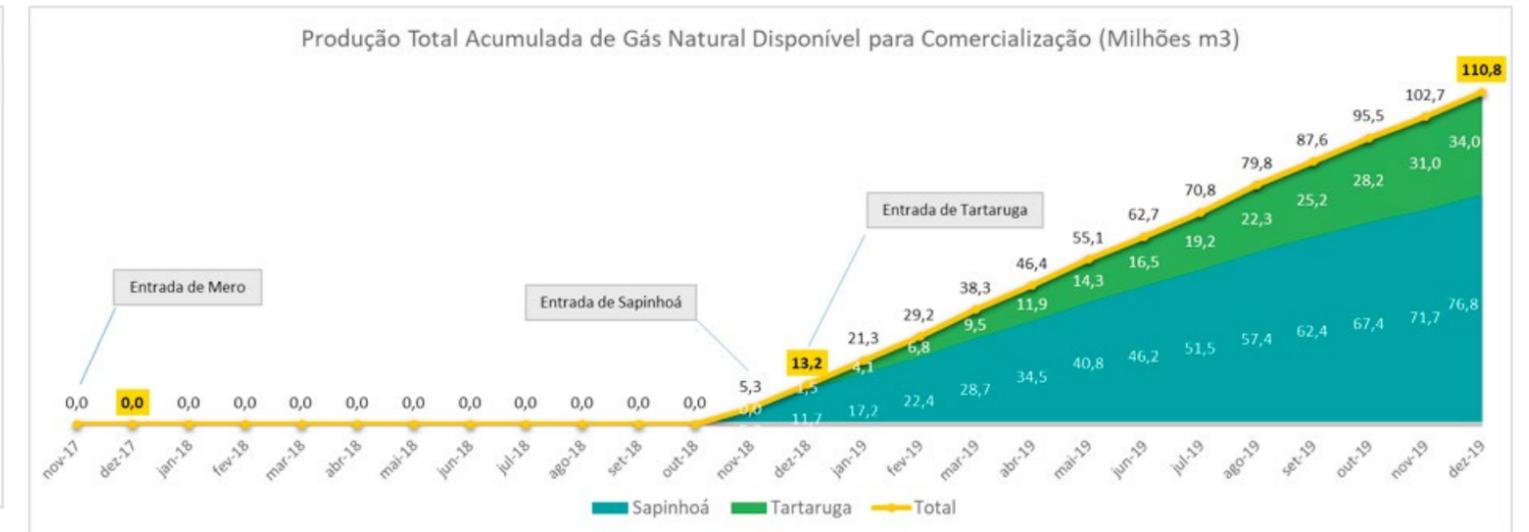
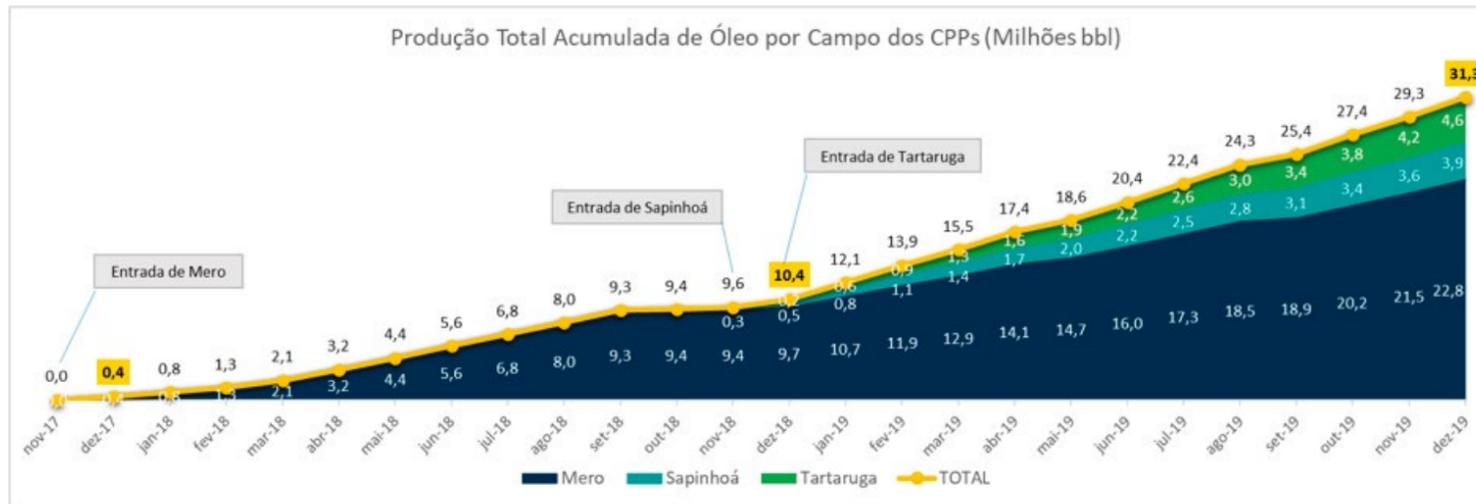
Bônus e excedente em óleo da União: R\$ 70 milhões e 10,01%

Principais marcos em 2019

- Aprovada a locação do prospecto Natator, com início previsto para o primeiro trimestre de 2020, tendo sido aprovada a estratégia de contratação utilizando recursos do operador.
- Iniciado o processo de reconhecimento de custos operando com o SGPP.
- Negociado e aprovado o Acordo de Equalização de Gastos e Volumes. A União recebeu R\$ 210 milhões.
- Aprovado o Regimento Interno do Comitê Operacional.
- Reconhecida como custo em óleo a parcela de investimento relativa ao CPP oriunda da Equalização de Gastos e Volumes.

Produção dos Contratos de Partilha de Produção

Três dos 14 contratos de partilha estão em produção: Área de Desenvolvimento de Mero, Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde. Confira, nos gráficos abaixo, a produção de petróleo e gás acumulada até dezembro de 2019 e a parcela da União.



Suporte à Inovação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias

O Polígono do Pré-Sal, no qual concentramos nossa atuação, tem características próprias que trazem um desafio tecnológico para toda a indústria. Águas ultraprofundas, reservatórios com alta pressão, alta concentração de CO2 e elevada razão gás-óleo, produtividade alta e mar adverso fazem parte desse cenário. Os projetos necessitam de FPSOs de grande capacidade e enfrentam dificuldades logísticas para o escoamento da produção. Para superar tais desafios, uma série de novas tecnologias vem sendo desenvolvida. Por lei, os consórcios que atuam em regime de partilha de produção devem investir 1% de sua receita bruta em pesquisa e desenvolvimento.

Como gestores dos contratos e representantes da União, atuamos com o propósito de maximizar os resultados econômicos do pré-sal para a União, por meio da redução dos custos dos projetos e do aumento da receita, quer pelo do aumento da produção ou pelo aumento do preço de venda do óleo. Neste sentido, nossos técnicos participam ativamente das discussões nos comitês técnicos, fomentando a inovação. Temos interesse em estimular o aumento da produtividade, o aproveitamento do gás natural e, entre outros, buscar alternativas logísticas para o escoamento do óleo e do gás produzidos. Em Libra, o primeiro contrato de partilha de produção, cerca de 20 novos projetos tecnológicos estão em curso. Confira as principais tecnologias em estudo.



Processamento de Gás de Libra



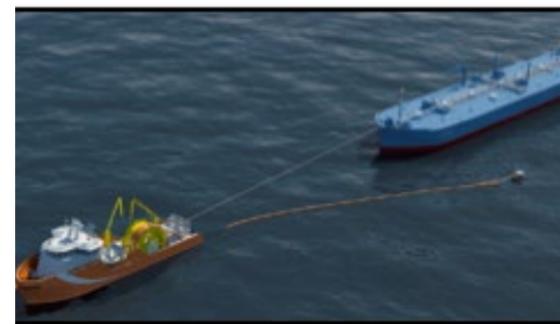
Descrição

- Separação do gás submarino e aperfeiçoamento
- Remoção do volume de gás submarino para descongestionamento da planta de gás, com consequente ampliação da plataforma de produção de óleo

Potencial/Benefícios obtidos

- Redução da Razão Gás-Óleo processado do FPSO de 420 para 150 metros cúbicos por metros cúbicos

Navio de Transferência de Carga (CTV)



Descrição

- Avaliação do Navio de Transferência de Carga (CVT) como alternativa para os navios-tanque de posicionamento dinâmico

Potencial/Benefícios obtidos

- Otimização no descarregamento que levará à redução do custo

Membranas de Separação de CO2

Membrane Technology

All Membrane Technology: compact gas treatment system capable to remove H₂S, CO₂ and water

PARTNERSHIP WITH: AIR LIQUIDE

CMS Membranes

CO₂ Removal

"All" Membranes

Dehydration + H₂S Removal + H₂O Adjustment

Carbon Molecular Sieve (CMS) Membranes: more efficient membranes for CO₂ separation from natural gas

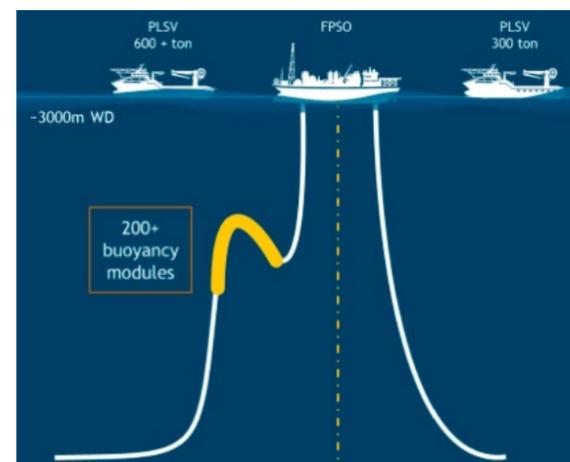
Descrição

- Nova tecnologia de membranas para separação do CO₂
- Peneira molecular de carbono com abertura de chumbo microporoso para maior seletividade e permeabilidade do CO₂

Potencial/Benefícios obtidos

- FPSO: Redução do peso, impacto e potência necessária para redução da perda de HC
- Capacidade para remover H₂S, CO₂ e água
- aumento da produção do óleo

Próxima Geração de Linhas Flexíveis

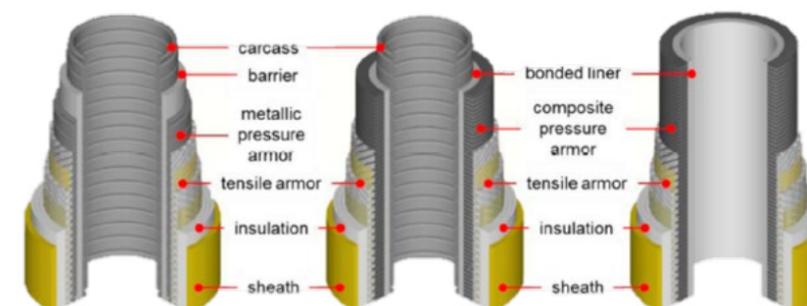


Descrição

- Compostos híbridos de linhas flexíveis

Benefícios

- Menos tempo de instalação (até 40%-50%)
- Redução do investimento geral de instalação do riser em 20 a 30%



Volumes Excedentes da Cessão Onerosa

O ano de 2019 foi marcado pela realização do Leilão dos Excedentes da Cessão Onerosa, que exigiu esforços do Governo para que fossem superadas etapas que incluíram uma negociação entre Petrobras e União, além de medidas regulatórias e legais – incluindo a aprovação de uma emenda constitucional e duas leis no Congresso Nacional. Visando ao interesse público, em 2019, tivemos participação fundamental para a construção de um ambiente regulatório favorável à realização do certame.

O denominado “excedente da cessão onerosa” corresponde ao volume de petróleo e de gás natural que ultrapassa aquele onerosamente cedido à Petrobras como contrapartida à autorização para o exercício de atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos em áreas internas ao Polígono do Pré-Sal; e ao pagamento, em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, do valor contratualmente previsto.

Em 2019, foram publicadas as resoluções CNPE nº 02/2019, que estabeleceu as diretrizes para a realização da licitação dos volumes excedentes da cessão onerosa, em regime de partilha de produção; e a de número 06/2019, alterada pela Resolução nº 13, de 11 de junho de 2019, do CNPE, que aprovou os parâmetros técnicos e econômicos da rodada de licitação, em regime de partilha de produção, dos volumes excedentes da cessão onerosa.

Posteriormente, foi publicada a Portaria MME nº 213/2019, estipulando as diretrizes para o cálculo da compensação devida à Petrobras pelos investimentos realizados nos Campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, em decorrência da licitação dos volumes excedentes aos contratados, no âmbito da cessão onerosa.

Participamos ativamente, lado a lado com a ANP e o MME, da construção da minuta do contrato de partilha de produção dos volumes excedentes da cessão onerosa, bem como da consolidação do texto final, a partir das sugestões advindas da consulta e da audiência pública. Registra-se, igualmente, nossa participação na audiência pública do Leilão dos



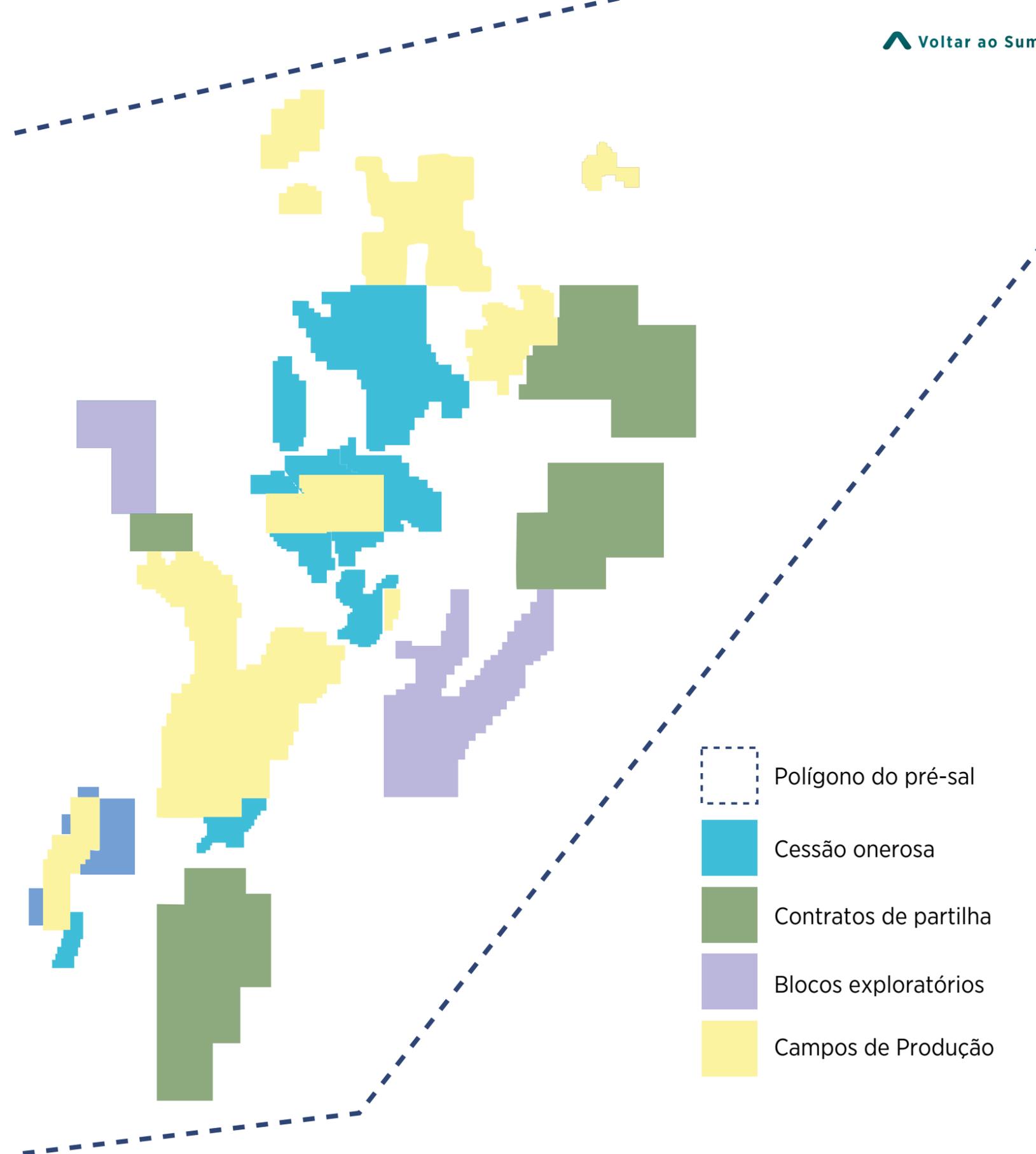
O consultor jurídico da PPSA, Olavo Bentes David, em palestra na Audiência Pública nº 13/2019, promovida pela ANP sobre a Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa

Volume Excedentes da Cessão Onerosa, com a apresentação de palestra versando sobre as peculiaridades do reconhecimento e da recuperação de gastos como custo em óleo, no novo regime.

A ANP realizou, em 6 de novembro, o leilão referente ao direito de exploração e produção do volume excedente da cessão onerosa. Foram oferecidas quatro áreas: Búzios, Itapu, Sépia e Atapu. Os dois primeiros blocos receberam ofertas, sendo arrematados pelo valor de R\$ 69,9 bilhões. Búzios ficou com um consórcio formado entre a Petrobras (90%) e duas companhias chinesas: CNODC Brasil (5%) e CNOOC Petroleum (5%). O Campo de Itapu, por sua vez, será explorado exclusivamente pela Petrobras. A União, representada pela Pré-Sal Petróleo, terá participação nos consórcios das duas áreas, com os percentuais de óleo lucro de 23,24%, em Búzios; e 18,15%, em Itapu.

Constituímos equipes técnicas para atender às determinações do Acórdão nº 2.430/2019 – Plenário do TCU para Sépia e Atapu, com vistas à realização de um novo leilão para essas áreas que não foram arrematadas no leilão de novembro de 2019 e à Portaria 23/2020. A citada portaria qualifica a empresa como representante da União para avaliar os Volumes Excedentes aos Contratados em Cessão Onerosa das áreas de Atapu e Sépia e para negociar com a Petrobras os valores de compensação a serem pagos à concessionária pelos membros dos contratos de partilha dos excedentes.

Foram também constituídas equipes técnicas para estimativa das previsões de produção e valores de compensação para os volumes excedentes aos contratados na cessão onerosa relativa aos campos de Búzios e Itapu. Outra vertente do trabalho da PPSA compreende a avaliação de possíveis volumes excedentes aos contratados na cessão onerosa nos Campos de Sul de Lula, Sul e Norte de Berbigão, e Sul e Norte de Sururu.



ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Um dos objetivos que pautou nosso Planejamento Estratégico em 2019 foi a execução das atribuições de representação da União em acordos de individualização da produção em áreas não contratadas, de forma a garantir os melhores resultados para a União em conformidade com a regulamentação existente. Até o momento, temos sete acordos assinados e outros 13 em estudos, em diferentes estágios de maturação. As atividades realizadas para o estabelecimento desses acordos envolveram uma equipe multidisciplinar, que trabalhou para estimar a participação da União nas jazidas e para negociar os acordos junto aos operadores.

Principais marcos de 2019

Conclusão do Pré-AIP de Gato do Mato (CPP SdGM e BM-S-54).

Revisão do Acordo de Gestão do AIP de Sapinhoá.

Discussão dos procedimentos técnicos de redeterminação a serem utilizados no AIP de Mero.

Assinatura do Acordo de Gestão do Acordo de Individualização de Produção (AIP) de Lula.

Protocolo na ANP do 1º e 2º Aditivos ao AIP de Tartaruga Verde.

Aprovação pela ANP do AIP de Atapu.

Protocolo na ANP do 1º Aditivo ao AIP de Atapu.

Assinatura do Acordo de Gestão relativo ao AIP de Náutilus.

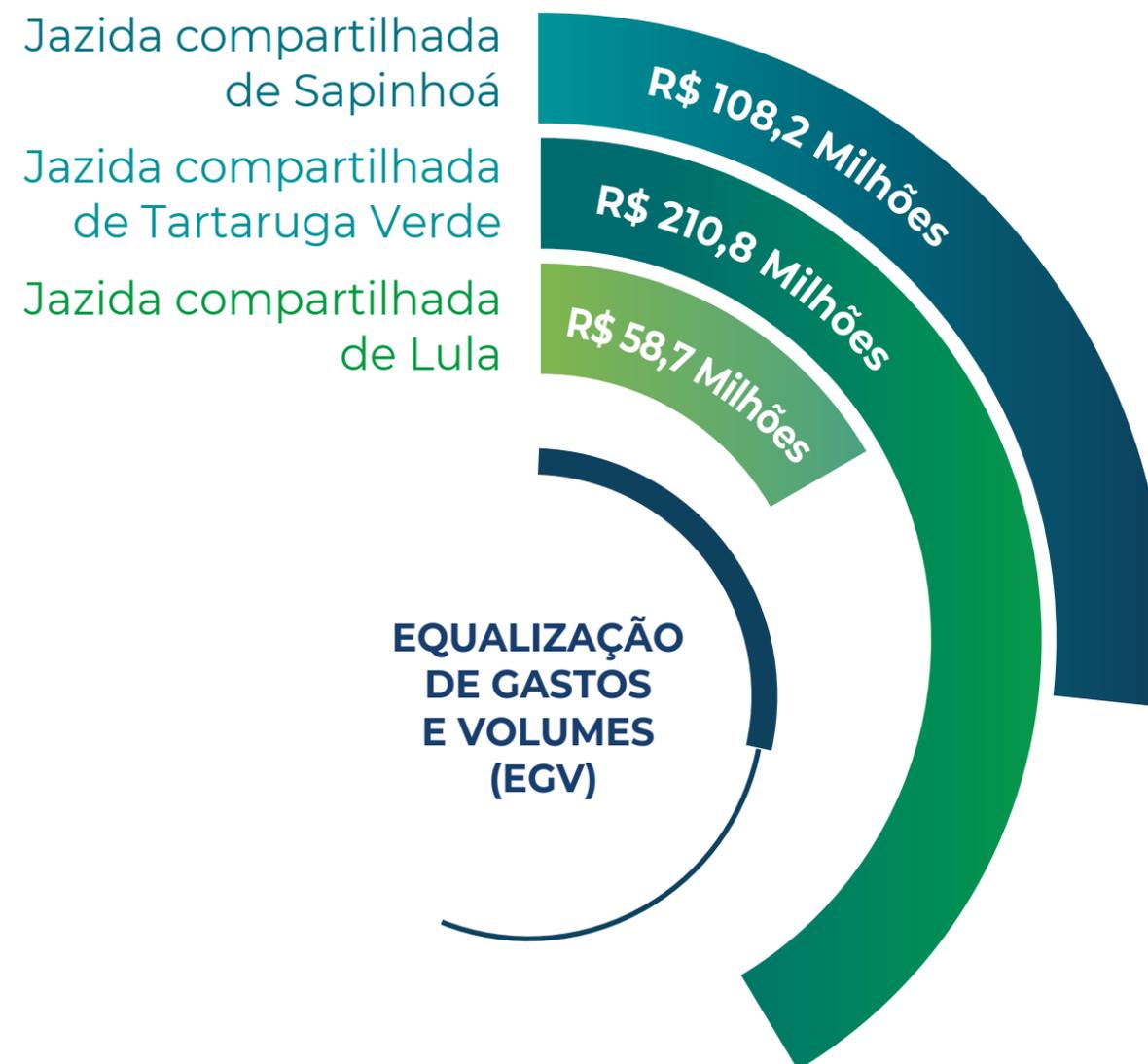
Aprovação pela ANP do AIP de Brava.

Equalização de Gastos e Volumes

Após a assinatura de um AIP, a União passa a ter direito a uma parcela da produção das jazidas, assim como a ter responsabilidade equivalente sobre os gastos. Dessa forma, após a efetivação do acordo, é realizado um acerto de contas, considerando as receitas obtidas com a produção desde o início da exploração de cada jazida e, na mesma proporção, os investimentos e despesas do período.

Em 2019, realizamos conciliações financeiras (Equalização de Gastos e Volumes) referentes aos AIPs das jazidas compartilhadas de Sapinhoá, Tartaruga Verde e Lula, que resultaram em uma arrecadação total de R\$ 378 milhões para a União.

- Recebimento de R\$ 58,5 milhões, pela PPSA, do valor da EGV relativa ao AIP de Lula.
- Recebimento de R\$ 210 milhões, pela companhia, do valor da EGV relativa ao AIP de Tartaruga Verde.
- Recebimento de R\$ 108,2 milhões, pela empresa, do valor da EGV relativa ao AIP de Sapinhoá.



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DA UNIÃO

É nosso papel comercializar todo o petróleo e gás de propriedade da União nos contratos de partilha de produção e nas jazidas unitizadas. Toda a receita gerada nessa atividade é destinada à União. Iniciamos a comercialização do petróleo da União em fevereiro de 2018, atuando com venda no mercado spot e por meio de leilão. Em 2019, comercializamos 2,6 milhões de barris de petróleo da União na Área de Desenvolvimento de Mero (Libra) e Entorno de Sapinhoá, arrecadando R\$ 469 milhões. Também foram faturados, até o mês dezembro, 16,2 milhões de metros cúbicos de gás natural da União dos Campos de Lula e Entorno de Sapinhoá, produzidos e exportados até o mês de novembro de 2019, no valor de R\$ 1 milhão.

Em cumprimento ao nosso Plano Estratégico, trabalhamos na elaboração de práticas para otimizar o processo de comercialização – que incluíram desde a implementação de um sistema de governança até a realização de estudo sobre possibilidades logísticas para escoamento da produção – e a avaliação de diferentes alternativas para a comercialização das cargas da União. O aproveitamento do gás do pré-sal tem sido tema contínuo de nossos estudos. Seu uso ainda está envolto em inúmeros desafios, a se iniciar pelo emprego como fator de recuperação de mais óleo, passando pela falta de estrutura de escoamento, viabilidade econômica dos projetos, disponibilidade de preço competitivo ou pela dinâmica do mercado, razão pela qual estamos participando de diversos trabalhos que têm como objetivo permitir a exportação parcial e outros métodos de gerenciamento do gás nos contratos do pré-sal.

Carregamento do quinhão de óleo da União comercializado em leilão

Mês do carregamento em 2019	Quantidade de barris	Área/Campo	Comprador
Fevereiro	500.000	Mero	Petrobras
Maio	500.000	Mero	Petrobras
Agosto	500.000	Mero	Petrobras
Novembro	500.000	Mero	Petrobras
Dezembro	630.000	Entorno de Sapinhoá	Petrobras

Comercialização do quinhão de gás natural da União na partilha

A Pré-Sal Petróleo celebrou, em junho de 2018, dois contratos de compra e venda de gás natural com a Petrobras referentes aos campos de Sapinhoá e Lula, localizados no Polígono do Pré-Sal. Os contratos foram renovados em dezembro de 2018, com validade até dezembro de 2020.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em linha com a inovação em curso em todo o mercado, estamos em meio à nossa transformação digital. Temos trabalhado em diversos projetos, sendo o mais expressivo a continuidade do desenvolvimento de uma plataforma digital para fazer a gestão de dados de todos os contratos, batizada de Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP). O SGPP conta com dez módulos; e todos aqueles relacionados à gestão dos contratos de partilha de produção vêm sendo, desde julho de 2019, plenamente utilizados nos contratos de Libra, Uirapuru, Alto de Cabo Frio Central, Peroba, Dois Irmãos, Três Marias, Alto de Cabo Frio Oeste e Sul do Gato do Mato.

O sistema agilizou atividades de gestão do conteúdo local, da auditoria do custo em óleo, do reconhecimento e recuperação de custos nos contratos, funções essas realizadas continuamente. Nossa equipe técnica também passou a ter acesso, pelo sistema, ao monitoramento da produção total de óleo e gás de cada contrato e ao cálculo do excedente em óleo da União (indicador importante, uma vez que comercializaremos essa produção). Com o SGPP, passamos a ter o fluxo de trabalho automatizado, reduzindo erros e facilitando tomadas de decisão. Entre os principais benefícios registrados estão a governança dos processos, a eficiência operacional, a visibilidade integral da operação e a agilidade para o negócio.

Além de auxiliar na gestão dos contratos, o sistema é utilizado nas atividades de comercialização e no registro de todas as negociações realizadas com parceiros para o fechamento de Acordos de Individualização da Produção (AIP). A implantação do SGPP – um sistema moderno, escalável e capaz de ser ainda aprimorado com ferramentas de análise de relatórios e de inteligência artificial – é um primeiro exemplo das ações que estamos tomando para a nossa transformação digital.

Ao longo de 2019, trabalhamos também no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Informação (SGI) e no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contratos (SGC), ambos desenvolvidos internamente.



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS INTERNOS

Em 2019, foram realizadas 72 contratações pela PPSA, que totalizaram aproximadamente R\$ 49,5 milhões. Entre as contratações mais significativas estão aquelas relacionadas ao credenciamento de escritórios de advocacia, à renovação do contrato de aluguel e à realização de obras e aquisição do mobiliário para o nosso escritório do Rio de Janeiro, que foi ampliado para atender à atual e futura estrutura da companhia. Também contratamos softwares para simulação de reservatórios e análises de incertezas, o Petrel e o Questor, fundamentais para a geração de capital intelectual, além de workstations para atividades de geologia.

Cabe registrar a realização de um pregão eletrônico internacional, que logrou êxito na contratação do software para simulação de reservatórios e análises de incertezas. A maior parte dos nossos processos é feita por licitação, por meio do sistema “Compras Governamentais do Governo Federal”. Para participar das licitações, todos os fornecedores devem garantir que não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não trabalham com menores de 16 anos, exceto, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz; não possuem em sua cadeia produtiva empregados executando trabalhos degradantes, forçados ou escravos; e cumprem a

legislação sobre pessoas com deficiências físicas (acessibilidade).

Nossa atuação observa os parâmetros do Decreto 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal. Por se tratar de uma empresa que utiliza contratos de serviço, a sustentabilidade ambiental é uma das exigências feitas nesses contratos. Os fornecedores são obrigados a cumprir cláusulas específicas referentes à proteção ambiental, tais como uso de produtos biodegradáveis; equipamentos que apresentem eficiência energética, redução de consumo e adoção de práticas de otimização de recursos; redução de desperdícios e menos poluição. Para exemplificar tais práticas, podemos citar a racionalização de uso de substâncias tóxicas/poluentes, a redução do consumo de energia e água, e a adoção de programas de descarte de materiais poluidores (ex.: lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias etc.).

Todas as licitações abertas ou já realizadas podem ser encontradas em nosso site, acompanhadas de toda a documentação relativa ao certame. Nossos pregões eletrônicos também estão disponíveis no portal www.comprasgovernamentais.gov.br.

Maiores contratações em valor:

ITEM	R\$
Credenciamento de escritórios de Advocacia	20 M
Renovação de aluguel	7,29 M
Software simulação reservatório	4,5 M
Software Petrel	3,2 M
Serviços de TI	2,8 M
Obra EC	2,6 M
Locação equipamentos de TI	1 M
Workstations de geologia	1 M
Software Questor	0,9 M

Quantidade de licitações realizadas por ano

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TOTAL LICITAÇÕES	66	64	49	45	68	75

Quantidade de contratos celebrados

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TOTAL LICITAÇÕES	11	3	8	11	25	72

Montante das contratações

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TOTAL LICITAÇÕES	R\$ 15,6 MILHÕES	R\$562,4 MIL	R\$ 3,48 MILHÕES	R\$ 1,18 MILHÃO	R\$ 35,5 MILHÕES	R\$ 49,5 MILHÕES

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis e resumo da situação financeira contábil e da evolução no exercício de referência em comparação com o último exercício

Em 2019, encerramos o exercício com R\$ 104 milhões em caixa e equivalentes de caixa, o que representou um incremento de 46% em comparação a 2018, sendo esta rubrica representativa de 84% do total do ativo. No mesmo período, a receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União totalizou R\$ 54,21 milhões, tendo a companhia faturado a parcela dos bônus de assinatura relativa aos contratos assinados na 4ª Rodada de Licitação de Partilha de Produção; e, parcialmente, a parcela relativa à 5ª Rodada, no total de R\$ 58,95 milhões, perfazendo o faturamento anual bruto de R\$ 113,16 milhões. Este total representa um crescimento de 29%, comparativamente ao exercício de 2018. No ano passado, a PPSA apurou um lucro líquido no exercício de R\$ 34,86 milhões, o que representou um crescimento de 13%, comparativamente a 2018.

Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e

ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da PPSA, no exercício

A companhia aplicou, a partir de 01/01/2019, o CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após essa definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado, e no passivo com apropriação de encargos financeiros. Em 01/01/2019, a empresa reconheceu a valor presente R\$ 8.441 em direito de uso dos arrendamentos mercantis no ativo e no passivo, em virtude de a mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento. Tais mudanças não impactaram o seu patrimônio líquido.

Os ativos de direito de uso apresentados no ativo não circulante representam, principalmente, os seguintes ativos subjacentes: aluguel de espaço físico (matriz e escritório central) e de equipamentos de informática. Os passivos de arrendamento mercantil estão sendo apresentados nos curto e longo prazos, em linha

própria, nas demonstrações financeiras da companhia.

Durante o exercício de 2019, a demonstração de fluxo de caixa da Pré-Sal Petróleo foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$ 1.731. A taxa de juros dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 7,57% a.a. A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da empresa, e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas existentes nos contratos enquadrados.

Avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros da PPSA com base na evolução da situação contábil refletida no balanço, na demonstração de resultados e nas notas explicativas

A companhia acumulou R\$ 4,5 milhões em receitas financeiras e recebeu aporte de capital de R\$ 3,6 milhões. Do total de R\$ 50 milhões subscrito pelo acionista controlador, restam R\$ 2,4 milhões a integralizar no capital social. O total de custos dos serviços prestados e despesas operacionais, em 2019,

foi de R\$ 41,33 milhões. Em razão do lucro operacional e do resultado financeiro líquido positivo, a companhia apurou lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$ 53,56 milhões, registrando provisão para IR e CSLL de R\$ 18,70 milhões, contribuindo positivamente para o equilíbrio das contas públicas.

Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da PPSA; e mecanismos adotados pela alta administração e pelos responsáveis pela contabilidade para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A data

de aprovação dessas demonstrações para fins das normas de auditoria é a primeira em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem tais demonstrações, incluindo as notas explicativas, foram elaborados e que essas pessoas (com autoridade reconhecida) assumiram a responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a competência prevista no artigo 25, letra “e” do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças (GCF) aprovou as demonstrações contábeis, com informações comparativas ao período anterior, em 12/03/2020. Essas demonstrações foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, registradas no balanço. A empresa registrou um lucro líquido de R\$ 34.863 no exercício findo em 31/12/2019; e, nessa data, o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 83.709.

A administração julga não existir incertezas significativas relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional. O julgamento significativo realizado pela administração é pautado na consolidação do marco regulatório do regime de

partilha, com a promulgação da Lei nº 13.679/2018, que alterou as leis nº 12.304/2010 e 12.351/2010, e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos, e na carteira de contratos de partilha de produção, Acordos de Individualização da Produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, sob gestão da companhia.

A elaboração das demonstrações financeiras é feita a partir de prestador terceirizado de serviços contábeis e fiscais. Esse prestador é o responsável técnico que assina essas demonstrações anuais da empresa. Toda movimentação desse tipo, reconciliada diariamente pela Gerência de Controle e Finanças, é enviada semanalmente para o prestador de serviços terceirizados, que processa todos os registros contábeis em seu ERP (Enterprise Resource Planning – Planejamento de Recursos Empresariais).

Para coordenar a atividade de fechamento contábil/fiscal mensal, a Gerência de Controle e Finanças elabora o cronograma de fechamento mensal, que dispõe de prazos para execução de todas as rotinas de fechamento mensal da empresa e envia ao prestador de serviços, de forma a ter um planejamento e controle

dos responsáveis e entregáveis, com prazos.

Mensalmente, a GCF elabora relatórios para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, e procede a alimentação dos dados contábeis realizados nos sistemas de informação do Ministério do Planejamento (Siest e Siop). A proposta de destinação de resultados está vinculada à Política de Distribuição de Dividendos da PPSA, que reflete as disposições constantes no Estatuto Social da empresa e na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

Informações acerca do setor de contabilidade da PPSA (estrutura, composição, competências, responsabilidades, nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela área)

Gerente de Controle e Finanças – Mauro Braz Rocha (seis anos)

Assessor Especial de Tesouraria – Marcos Santos Ribeiro (três anos)

Competências e responsabilidades – artigo 25 do Regimento Interno da PPSA

Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos, indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicados e/ou podem ser acessados em sua íntegra



Demonstrações Contábeis:

Quanto às unidades dos conselhos de profissão e dos serviços sociais autônomos, com vistas a evidenciar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, deverá haver a apresentação da declaração do contador/opinião dos auditores externos, dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas

Do Programa de Dispêndios Globais de 2019, aprovado

pelo Decreto nº 9.611 de 14/12/2018, foram realizadas 61% das fontes de recursos planejadas, perfazendo R\$ 113,17 milhões. Deste total, 93% são receitas operacionais; 3%, aportes de capital do controlador; e 4%, receitas não operacionais.

Pelo lado dos usos de recursos, foram realizados 60% dos usos de recursos planejados, perfazendo R\$ 94,55 milhões. Deste total, 37% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 33%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 17% são correlatos a dispêndios de capital; e 10%, a despesas com serviços de terceiros. Outros 3% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.

Receitas para a União

Em 2019, a companhia arrecadou aproximadamente R\$ 848 milhões para a União, oriundos da comercialização de petróleo e gás natural da União, e da Equalização de Gastos e Volumes nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção.

ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO Nº 956/2020-TCU-PLENÁRIO

Em atendimento ao Acórdão Nº 956/2020-TCU-Plenário, está disponível em nosso site, no menu “Acesso à Informação”, subseção “Auditoria Interna”, aba “Relatório de Auditoria de Órgãos de Controle (TCU)” – e também no sistema e-Contas - Informações Suplementares - do Tribunal de Contas da União, como anexo deste Relato Integrado –, um documento contendo a relação das medidas realizadas para atendimento às recomendações dispostas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.900/2015-TCU-Plenário.



[Acesse aqui:](#)

PPSA EM NÚMEROS



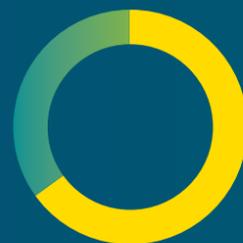
17
contratos de partilha
de produção
sob gestão da PPSA



3 contratos em produção
Área de Desenvolvimento de Mero
(Libra)*, Entorno de Sapinhoá** e
Sudoeste de Tartaruga Verde**

* produção de petróleo | ** produção de petróleo e gás

7 Acordos de
Individualização
da Produção
assinados



13 acordos em
avaliação

Produção Consórcio e União novembro 2017 até dezembro de 2019

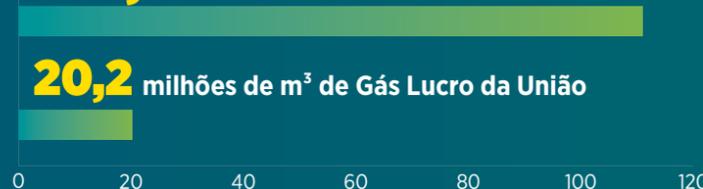
ÓLEO

31,3 milhões de barris de petróleo produzidos

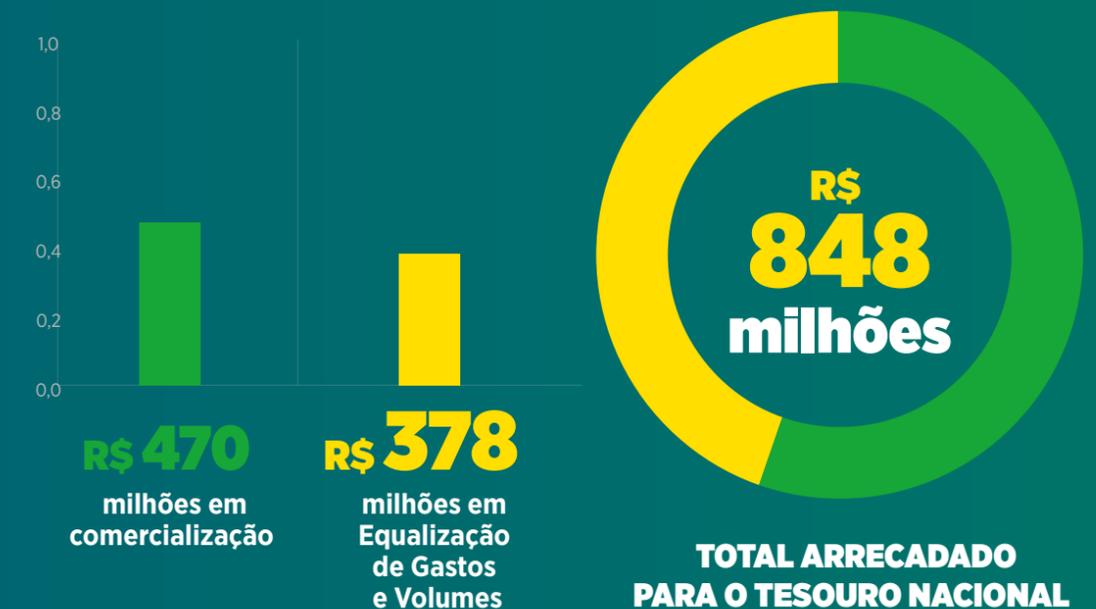


GÁS

110,8 milhões de m³ de gás natural disponível
para comercialização



Arrecadação para a União em 2019





www.presalpetroleo.gov.br